

SUMÁRIO

Uma década de Real: da hiperinflação à ausência de crescimento <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
A reversão do panorama externo e o Brasil <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	5
Comércio exterior do Paraná: desempenho no período janeiro-maio de 2004 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	11
Indústria e comércio paranaense: panorama em 2004 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	15
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Amanda Rasmussen Zimovski, Cleber Parnoff, Jennifer França Zacarias Silva, Ronald Jesus da Conceição e Shelbert Braz</i>	18
A condução da política monetária brasileira no regime de metas de inflação: uma análise da regra de Taylor <i>Marcelo Luiz Curado e Lucas Lautert Dezordi</i>	21
Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	30

Uma década de Real: da hiperinflação à ausência de crescimento

*Gilmar Mendes Lourenço**

Ao completar seu décimo aniversário, o Real contabiliza uma caminhada composta por trechos pavimentados, interrompidos por buracos e obstáculos. A análise econômica tem avaliado a moeda brasileira como resultado do mais bem-sucedido programa antiinflacionário já formulado e executado no país. A estratégia de estabilização possuiu maior abrangência e consistência que as suas antecessoras dos anos de 1980 e 1990, desde o Plano Cruzado I, implementado em fevereiro de 1986, até o Plano Collor II, editado em fevereiro de 1991. Ao contrário de seus predecessores, o Real foi passo a passo e criteriosamente negociado com os atores econômicos e sociais, sem surpresas nem mudanças bruscas nas regras do jogo.

O Real foi implementado em três fases. A primeira compreendeu o ajuste fiscal provisório, ou precisamente os fundamentos da estabilização, construídos em maio de 1993, durante o governo Itamar Franco, através do Programa de Ação Imediata (PAI), pelo então ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso (FHC). Naquela época, o grupo de economistas que assessorava FHC, oriundo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), preconizava a priorização do ataque frontal ao desequilíbrio das contas públicas como condição essencial para a interrupção da escalada inflacionária do país.

Partindo dessa premissa, o governo sancionou, em março de 1994, a emenda constitucional de criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que desvinculava 20% das receitas da União. O FSE vigorou no biênio 1994-1995 e foi prorrogado até o final de 1999 como Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Findo esse prazo, o FEF foi incluído na peça orçamentária, sendo designado como Desvinculação das Receitas da União (DRU), prorrogada até dezembro de 2007.

O governo também instituiu o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), antecessor da atual Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), com alíquota de 0,25% sobre qualquer transação bancária. Um pouco antes, o executivo federal havia promovido a rolagem das dívidas dos estados junto à União, em troca do compromisso de privatização das instituições de fomento (bancos estaduais) e de infra-estrutura.

A segunda fase do Real equivaliu à adoção da Unidade Real de Valor (URV), a partir de 1.º de março de 1994, uma espécie de indexador referência para facilitar

a sincronização dos reajustes de preços e permitir a transição de um regime de hiperinflação indexada para outro de inflação baixa e decrescente, desprovida dos componentes inerciais. Seria uma versão atualizada do padrão bimonetário (ou moeda indexada), sugerido por André Lara Resende e Pêrsio Arida, em meados dos anos de 1980, que permitiria a restauração de pelo menos duas funções clássicas da moeda: unidade de conta e reserva de valor.

Para tanto, o Banco Central criou uma série histórica (com atualização diária) de valores em cruzeiros reais correspondentes à URV para o período retroativo de um ano (começando com 647,50 cruzeiros reais em 1º de março de 1994), com base na variação média de três índices de preços: o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, série especial. A evolução retrospectiva conjunta desses indicadores apresentava comportamento bastante próximo ao da taxa de câmbio, o que multiplicava as suspeitas do provável lançamento de um processo de estabilização de preços com âncora cambial.

O encurtamento dos prazos de reajustes de preços e a conseqüente deterioração dos valores dos ativos e dos rendimentos em cruzeiros reais acabaram por induzir a rápida absorção da URV pelos mercados, tanto na conversão de preços, salários, tarifas públicas e impostos, quanto nas negociações de contratos futuros e nos descontos de duplicatas.

O terceiro estágio do Real, a nova moeda (recuperando sua função de meio de pagamento), surgiu em razão da suposição, por parte do governo, do encaminhamento do ajuste fiscal, com a vigência do FSE e do IPMF, e da constatação da plena aceitação da URV pelos agentes econômicos. A URV foi transformada em Real, em 1.º de julho de 1994, em paridade com o dólar, cuja última cotação na moeda velha foi de 2.750,00 cruzeiros reais.

**Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.*

A aposta do governo FHC era de que a queda estrutural da inflação e a abertura e modernização da economia abririam flancos para a negociação e implantação das reformas estruturais (tributária, fiscal, previdenciária, administrativa e patrimonial), âncoras definitivas da estabilidade de preços, da melhoria da eficiência e da competitividade do sistema econômico e da retomada do crescimento.

É inegável que o país registrou ganhos relevantes ao longo desses dez anos, com destaque para o abrupto declínio dos índices inflacionários no varejo, convergindo, em alguns intervalos, para níveis de Primeiro Mundo. Lembre-se que, na véspera do Real, a inflação superava os 5.000% ao ano. No mesmo embalo, houve a neutralização dos mecanismos de indexação automática de preços e de salários.

O Real também promoveu a ampliação da concorrência empresarial, viabilizada pela combinação entre a intensificação da abertura comercial – sobretudo mediante o rebaixamento das alíquotas de importação e da eliminação das barreiras não-tarifárias –, a desregulamentação e a valorização da taxa de câmbio. Com a estabilidade monetária proporcionada pelo Real, houve ainda a ativação de uma demanda reprimida, por conta da recomposição do poder de compra dos trabalhadores, especialmente os de menor renda, e do revigoramento dos mecanismos de crédito, inclusive os informais.

Ao resgatar a noção de valor no interior do sistema econômico, o Real ensejou maior segurança aos exercícios de tomada de decisão

Por fim, o Real propiciou o alargamento do horizonte temporal de previsibilidade no cálculo econômico. De fato, a queda da inflação facilitou tanto a programação de gastos das famílias quanto a definição e execução das estratégias de investimentos das empresas, exercício impraticável nos períodos de inflação elevada e indexação generalizada.

Apesar desse ativo proporcionado pela estabilização, a teoria econômica demonstrava que o Real padecia de um pecado original: a falta de noção do tamanho da taxa de juros de equilíbrio para o funcionamento de uma economia com inflação cadente e próxima dos padrões internacionais.

Dessa forma, a fixação dos juros básicos em patamares superiores a 120% ao ano, em julho de 1994, contribuiu para a atração de enorme massa de capitais externos especulativos, provocando a obtenção de um passivo reproduzido no nocivo encadeamento entre a sobrevalorização do câmbio, o aumento da dívida pública e a elevação do déficit em transações correntes do país. Por isso, este registrou medíocre crescimento econômico, progressiva escalada do desemprego e reduzidas taxas de investimento.

Na realidade, essa política econômica, calcada no tripé valorização cambial, juros reais elevados e

endividamento externo, já demonstrava sintomas de fadiga desde o final de 1994 e começo de 1995, com o surgimento da crise mexicana. Não por acaso, as autoridades monetárias permitiram que a cotação do Real variasse dentro de uma faixa, rigorosamente monitorada pelo Banco Central, suprimindo o rigor do câmbio fixo. Tal situação assumiu contornos mais dramáticos com o colapso dos asiáticos entre julho e outubro de 1997 e, finalmente, com a decretação da moratória russa em agosto de 1998.

Naquele momento, a repentina e brutal saída líquida dos capitais internacionais, na direção da cobertura dos prejuízos acumulados com as operações na Rússia ou do “porto seguro” representado pelos títulos de longo prazo dos Estados Unidos, acabou eliminando qualquer chance de o governo enfrentar a instabilidade externa por meio da intransigente manutenção da moeda sobreapreciada frente ao dólar.

Foi esse quadro de permanente vulnerabilidade que forçou a desvalorização do Real de janeiro de 1999 e a criação do regime de livre flutuação cambial. Com isso, a política monetária passou a ser vinculada ao regime de metas inflacionárias e à necessidade de geração de superávits primários nas contas públicas, conforme acordos celebrados, e revistos periodicamente, com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde então, mesmo em um ambiente econômico mais estável e com maior grau de previsibilidade, a expansão econômica permaneceu sendo um subproduto e não um objetivo da política econômica.

Por tudo isso, a despeito de a inflação ter despencado do patamar próximo de 50,0% ao mês em junho de 1994 para menos de 5,0%, nos doze meses encerrados em junho de 2004, e de ter ocorrido diminuição na concentração de renda no país (atestada pelo declínio do Índice de Gini¹ de 0,600, em 2003, para 0,563, em 2002), a gestão do Real acumulou um passivo econômico e social nada desprezível.

Tanto é assim que, entre 1994 e 2003, a dívida pública saltou de 30,0% do Produto Interno Bruto (PIB) para 57,0%, e a carga tributária de 28,6% do PIB para 36,1%, sacrificando o consumo, o investimento, o gasto público e o crescimento econômico. Não por acidente, a taxa de ocupação (percentual da população ocupada entre o universo ativo com dez anos ou mais de idade) declinou de 57,3% em 1994 para 55,7% da população economicamente ativa (PEA) em 2002, conforme apurou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em igual sentido, a proporção dos rendimentos do trabalho na renda gerada recuou de 37,7% em 1994 para 31,4% em 2002, contra evolução de 39,0% para 43,2% das rendas de capital, com forte presença dos intermediários financeiros.

Por uma ótica conjuntural, o décimo aniversário da moeda brasileira está coincidindo com mais um momento de recuperação da economia do país. A despeito da postura triunfalista adotada pelo governo federal, especialmente pelo Ministério da Fazenda, os meios econômicos têm reconhecido que a reativação econômica em curso pode ser imputada a fatores transitórios que podem desaparecer de forma tão rápida e surpreendente como surgiram.

Os dez anos do Real contabilizam um ativo, formado pela queda da inflação, e um passivo, representado pela ausência de crescimento econômico

Em outras palavras, enquanto não forem tomadas medidas mais audaciosas nas áreas monetária e fiscal, com viés desenvolvimentista, e nos campos mais diretamente ligados à microeconomia, como o marco regulatório para os segmentos de infra-estrutura, o sistema tributário e o padrão de financiamento dos investimentos de longa maturação, o “espetáculo do crescimento” ficará à mercê dos humores dos juros do Federal Reserve dos Estados Unidos e dos rumos da economia chinesa.

Seria ocioso sublinhar que isso é pouco para um país que precisa gerar no mínimo dois milhões de empregos por ano para absorver o crescimento da População Economicamente Ativa (2,4% ao ano) e começar a trilhar uma rota consistente de redução do desemprego estrutural e conjuntural e da exclusão social.

Como virar o jogo e viabilizar a quarta fase do Real? Urge às autoridades enxergar que falta um arremate para que o Plano Real se transforme de um programa de estabilização de preços em um projeto de desenvolvimento para um país secularmente dominado por problemas como inflação, endividamento externo e concentração de renda. O ingresso do Brasil em um novo período de expansão com estabilidade monetária exige o rigoroso cumprimento de uma agenda programática de transformação por meio do abandono do viés curto-prazista da gestão econômica e da perseguição da consecução das reformas estruturais.

O resgate do crescimento também depende do restabelecimento das bases de financiamento, transformando o setor privado de credor líquido do governo em gerador de poupança para a concretização dos investimentos produtivos, substituindo até as funções tradicionalmente exercidas pelo Estado, com a ajuda da tributação, do endividamento público e da inflação. Em contraposição aos liberais, que defendem que o crescimento deve ser antecedido pela geração de poupança, Keynes sempre argumentou que o volume de poupança é determinado pelo crescimento econômico.

TABELA 1 - BRASIL - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS - 1993-2003

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO			EXPORTAÇÕES (US\$ BILHÕES)	IMPORTAÇÕES (US\$ BILHÕES)	TAXA DE DESEMPREGO (% DA PEA)	INFLAÇÃO – IPCA – (%)
	R\$ bilhões	US\$ bilhões	Taxa de Crescimento (%)				
1993	14,1	429,7	4,9	38,6	25,6	5,3	2477,1
1994	349,2	543,1	5,9	43,5	33,1	5,1	916,4
1995	646,2	705,4	4,2	46,5	49,7	4,6	22,4
1996	778,9	775,5	2,7	47,7	53,3	5,4	9,6
1997	870,7	807,8	3,3	53,0	61,3	5,7	5,2
1998	914,2	787,9	0,1	51,1	57,6	7,6	1,6
1999	973,9	536,6	0,8	48,0	49,2	7,6	8,9
2000	1101,2	602,2	4,4	55,1	55,7	7,1	6,0
2001	1200,0	510,4	1,3	58,2	55,6	6,2	7,7
2002	1346,0	459,0	1,9	60,4	47,2	⁽¹⁾ 7,2 – 11,7	12,5
2003	1515,0	498,0	-0,2	73,1	48,3	⁽¹⁾ 12,3	9,3

FONTE: Banco Central, IBGE

(1) Nova metodologia.

NOTA

¹Varia entre zero e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda.

A reversão do panorama externo e o Brasil

Gilmar Mendes Lourenço*

As avaliações de ocorrência de uma inversão da marcha de recuperação da economia mundial, materializada na elevação dos juros e das cotações do petróleo, estas também imputadas a componentes políticos, devem comprometer sobremaneira o ensaio de reativação da produção e dos negócios esboçado pelo Brasil.

Começando pela compreensão do cenário mundial, as políticas monetárias e fiscais frouxas, ou menos restritivas, adotadas nos três principais eixos econômicos do capitalismo global – Estados Unidos, União Européia e Japão –, neutralizaram os efeitos contracionistas da depreciação da riqueza financeira, após a exaustão do *boom* acionário e do sobreinvestimento verificado nas empresas de tecnologia de ponta, especialmente de informática e de telecomunicações, desde o final do ano de 2000.

Depois de quatro anos, é visível um quadro centrado na continuidade da rápida expansão econômica da China, na recuperação do consumo, do investimento e do gasto público nos Estados Unidos (EUA) e na ampliação da oferta de capitais, por conta da menor taxa de juros das últimas cinco décadas nos EUA. Lembre-se também que na falta de um sistema financeiro forte, em razão da impulsão da corrupção, a expansão chinesa – desprovida de explosão de consumo e, consequentemente, de inflação – passou a depender da importação de base monetária via câmbio fixo e desvalorizado.

Assim, de um lado, nota-se que a economia norte-americana cresceu 4,2% no primeiro trimestre de 2004, liderada pelas despesas com defesa (15,1%) e pelas inversões corporativas (7,2%). De outro, o avanço da China explica a elevação das cotações internacionais das matérias-primas e *commodities*, comercializadas pelo Brasil e por outros países emergentes.

Vale sublinhar que esse processo ensejou o ajuste das contas do grupo de países emergentes, que vêm registrando saldos positivos em conta corrente desde 1999, impulsionados pelos asiáticos e pelos exportadores de petróleo, e expressiva acumulação de reservas internacionais, que superavam US\$ 1,3 trilhão no final de 2003. A maioria deles recuperou o acesso ao crédito externo e/ou aproveitou a maior liquidez externa para renegociar custos e prazos de rolagem das dívidas externas. Tanto é assim que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta taxa de crescimento de 3,4% em 2004, para os

30 países mais industrializados do mundo – a maior em quatro anos – e inflação de 1,7%.

É evidente que as chances de perenização de tal tendência esbarrariam na intensificação das pressões inflacionárias e nos pontos de estrangulamento infra-estruturais, sobretudo no caso da China. Para a área do euro, as previsões da OCDE são de continuidade do baixo dinamismo (expansão de 1,6%), por conta da priorização das restrições fiscais praticadas por Alemanha e França, visando retornar ao teto de déficit orçamentário de 3,0% exigido pelo Pacto de Estabilização Continental.

Nessas condições, existem poucas dúvidas quanto à ocorrência de desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial e da contração da liquidez mundial e dos preços das *commodities*, fato comprovado pela queda da cotação de negociação da soja na Bolsa de Chicago de US\$ 10,55 por bushel (27,2 quilos) para US\$ 8,82 no final de maio. As apostas recaem na magnitude e no *timing* da elevação dos juros norte-americanos, que, por seu turno, estariam condicionados à intensidade e ao prolongamento do choque de petróleo.

No tocante aos juros, o grande elemento de perturbação constituiria a probabilidade de repetição do episódio ocorrido em 1994, ocasião em que o Banco Central dos EUA (FED) duplicou a taxa básica de juros (de 3,0% ao ano para 6,0% a.a. em um ano), afetando a economia mexicana e outros mercados emergentes, em tempos de câmbio fixo e de forte indisciplina fiscal.

Porém, os sucessivos pronunciamentos, bastante cautelosos, do presidente do Banco Central norte-americano Allan Greenspan, propiciavam o delineamento de uma tendência de elevação branda nas taxas de juros dos EUA, no segundo semestre de 2004, em razão da suposta ocorrência de recuperação econômica sem geração de empregos e/ou pressões inflacionárias. Ressalte-se que o acompanhamento da evolução do emprego na economia americana é bastante prejudicado pela não inclusão dos novos negócios e do auto-emprego.

Ocorre que as estatísticas do mercado de trabalho daquele país, relativas a março, abril e maio, derrubaram

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

tal premissa, indicando a criação de um milhão de empregos e fornecendo combustível aos mercados para não apenas realizarem projeções de patamares mais elevados de juros futuros, mas também deflagrarem movimentos de realocação de ativos, sinalizando maior apreço pelas taxas de risco, ainda que mediante a penalização da rentabilidade, o que reduziria o fluxo de capitais para os países emergentes. Entre março e abril de 2004, a taxa de juros dos títulos de dez anos do tesouro dos EUA elevou-se de 3,6% ao ano para 4,5% a.a.

Assim, os prognósticos correntes acenam que a taxa de juros básica dos EUA – Federal Funds Rate –, mantida em 1,0% ao ano desde junho de 2003, o menor nível nos últimos 46 anos, depois de subir 0,25% em 30 de junho, deve sofrer outras três elevações de dimensão semelhante até o fim do ano, quando atingiria 2,0% ao ano.

Contudo, no plano internacional atual é importante considerar a possibilidade de a subida dos juros não interferir de forma relevante na recuperação econômica, em virtude do apreciável montante de liquidez em poder das empresas e do aumento da renda líquida disponível das famílias derivada da ampliação dos níveis de emprego, sobretudo nos EUA.

Relativamente ao petróleo, em maio de 2004, ocasião em que o preço do barril em Nova York rompeu a barreira dos US\$ 42,0, atingindo o nível mais elevado em 21 anos, parece ter acendido uma espécie de “luz amarela” na economia mundial, desencadeando cenários de interrupção da recuperação econômica em curso. O grande temor prevalecente nos mercados estaria repousando no desenho de uma combinação entre impulsão nas cotações do petróleo e valorização do dólar, tal como ocorrido em 1979, resultando então na crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

Não há um choque de petróleo, pois os preços vêm subindo desde 1999

É preciso esclarecer que o petróleo voltou a encarecer no mundo desde 1999. Conforme acompanhamento realizado pela Agência Internacional de Energia (AIE), o preço internacional tem permanecido ao redor de US\$ 29,0 o barril, bastante superior à cotação de equilíbrio de US\$ 24,0 defendida pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP).

Já a mudança de patamar de preços, ocorrida nos últimos sete meses, pode ser explicada por fatores técnicos e políticos. Do ângulo técnico emerge a expressiva expansão do consumo – puxada pela locomotiva chinesa e pela reação da demanda dos EUA, agudizada pela chegada do verão e pelo reduzido estoque de gasolina naquele país – e a estagnação da produção mundial.

Nada que não pudesse ser equacionado por calibrações na produção de petróleo e/ou na variação do comércio mundial. Nessa perspectiva, a OPEP decidiu ampliar a produção em 2,0 milhões de barris/dia em julho e em mais 0,5 milhão/dia em agosto, chegando a 26,0 milhões contra os 23,5 milhões atuais.

Ao mesmo tempo, tal episódio vem promovendo um realinhamento dos preços relativos do sistema econômico mundial, favorecendo a construção de um quadro de desaceleração do ritmo de crescimento da economia, já constatado nos países importadores integrantes da OCDE.

Do lado político (ou geopolítico), surgem os riscos de descontinuidade no suprimento do óleo pelos países do Oriente Médio, por conta do temor de consumação de novos ataques terroristas nas regiões de produção, como a Arábia Saudita, e de paralisação da produção iraquiana. Esse é o problema crucial, mas nem de longe capaz de gerar a repetição da recessão de 1979/1980, ocasionada por um choque conjugado de petróleo e de juros.

No presente panorama, a pressão altista do óleo, induzida pela incapacidade do governo Bush em consertar os estragos provocados pela sua atabalhoada política externa (bélica), e os problemas políticos subjacentes, podem estar contribuindo para a realização do ajuste requerido na velocidade de expansão econômica mundial. Mas, rigorosamente não há um choque de petróleo, pois o valor do barril a preços de 1990 não deve superar os US\$ 20,0.

Passando ao exame do caso do Brasil, decorrido um ano e meio de novo governo, é possível verificar que a administração Lula optou pelo consumo ortodoxo convencional da confiança conquistada junto à sociedade brasileira em outubro e novembro de 2002. Chamava a atenção a aparente contradição entre a implementação de políticas monetárias e fiscais restritivas visando à construção (compra) de credibilidade – ou à busca de crédito junto à comunidade financeira internacional – e a necessidade de cumprimento dos compromissos históricos selados em torno do crescimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda.

Mesmo assim, a gestão econômica adotou a baliza de juros reais (superiores a 10% ao ano, para enxugar a liquidez e rolar a dívida pública) e carga tributária elevadas, o que, ao lado da tentativa conturbada de estabelecimento de um marco regulatório para os segmentos de infra-estrutura, proporcionou o encolhimento da demanda interna (consumo, investimento e gasto público) requerido para a geração dos enormes superávits primários, acordados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o pagamento dos encargos da dívida pública interna e o restabelecimento do fluxo de solvência nas contas públicas.

É conveniente advertir que a estratégia de geração dos superávits primários se reveste do poder de, em vez de proporcionar economia de recursos fiscais, sacrificar investimentos e dispêndios públicos em favor do serviço da dívida interna, pela alocação de haveres na rubrica das despesas financeiras.

Adicionalmente, a conjuntura externa favorável em 2003 contribuiu para a obtenção de ganhos macroeconômicos pelo país, originados na sincronização entre valorização cambial, diminuição das pressões inflacionárias e drástica redução do risco Brasil. É oportuno especificar que esses resultados positivos no *front* externo, sintetizados na forte expansão das exportações e do saldo comercial com o exterior –

superior a US\$ 28,0 bilhões em doze meses até maio de 2004 e na reversão dos déficits em transações correntes do país –, transformando a balança de deficitária em superavitária (US\$ 5,0 bilhões) depois de mais de uma década, decorreram primordialmente de três conjuntos de fatores.

O primeiro deles equivaleu aos efeitos defasados da superdepreciação cambial acontecida em 2002, estimulando as vendas externas (elevação da relação câmbio/salário) e inibindo a absorção interna, por meio da queda das importações, do emprego e dos salários e de outros rendimentos reais, e da capacidade de endividamento de consumidores e empresas. Do ponto de vista macroeconômico, houve um realinhamento dos preços relativos em favor dos segmentos exportadores, financeiros e prestadores de serviços de utilidade pública, estatais ou privatizados nos anos de 1990.

O segundo ponto compreendeu a conquista de credibilidade da política econômica junto aos mercados financeiros, em face da não concretização das expectativas dos agentes econômicos quanto à execução de uma estratégia de estabilização contrária aos princípios ortodoxos praticados durante os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A reversão da superdesvalorização cambial ocorrida em 2002, em meio à instabilidade provocada pelo ciclo eleitoral, cuja neutralização ocorreu com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro em junho daquele ano, e a austeridade monetária e fiscal do novo governo, contribuíram para a inflexão da tendência de aceleração inflacionária e de redução dos fluxos de crédito externo.

O terceiro aspecto reuniu a já mencionada reativação da economia mundial, exceto Europa, puxada pelos efeitos China e EUA, e a elevada liquidez prevalente nos mercados internacionais, contribuindo para a recuperação do fluxo de capitais, na direção de ativos de maior rendimento (e maior risco), como os papéis brasileiros.

Um exame superficial das características da economia brasileira permite perceber a fragilidade de um desempenho econômico preso aos movimentos dos mercados (comercial e financeiros) internacionais e à necessidade de abertura da conta de capitais do país. A rendição ao modelo financeiro-exportador, e à sua estratégia de crescimento com poupança importada, resultou na perda do controle sobre o macropreço mais relevante de uma economia aberta – a taxa de câmbio – e na acentuação dos riscos de crises no balanço de pagamentos, como as de 1998 e de 2002, e da fragilidade fiscal.

Recorde-se, aqui, que desde 1992 a abundância de capitais internacionais e a sua alocação em ativos de alto risco, como os títulos brasileiros, ensejaram ganhos expressivos no quadro cambial do país, a ponto de, em julho de 1994, o governo Itamar dar-se à ousadia de lançar um programa de controle da inflação baseado no câmbio, de maneira bastante semelhante ao que foi criado alguns anos antes na Argentina.

Desde a crise do México, verificada no final de 1994 e começo de 1995, as operações de desmonte de posições especulativas resultaram em repentina e abrupta inversão da corrente de capitais externos na direção do Brasil. Na época da âncora cambial, empregada no intervalo 1994-1998, a internalização do choque exógeno se reproduziu em ampliação de juros e retração da demanda doméstica, represando a inflação.

Já na fase de câmbio flutuante e de metas de inflação, pós-1999, a alteração de comportamento do mercado financeiro internacional tem sido enfrentada através de choque cambial e de juros (de forma a minimizar os focos inflacionários e as pressões por mudanças nos preços relativos embutidas na depreciação das taxas de câmbio) e de aprofundamento dos requisitos de ajuste fiscal, com ênfase para a contração da demanda interna. Em situações extremas, como a de 1998/1999 (crise russa) e a de 2002 (instabilidade eleitoral), a neutralização do risco de insolvência deu-se pelo pacote de socorro financeiro organizado e disponibilizado via FMI.

*O Estado brasileiro vem
absorvendo poupança privada
para a cobertura de seus
rombos fiscais e financeiros*

Em ambos os intervalos, a insistência no emprego de instrumentos de política econômica com forte conteúdo monetarista (juros e compulsórios elevados) ocasionou instabilidade macroeconômica atestada pela escalada da dívida pública interna, ancorada na atração de capitais de curto prazo. Com isso, o Estado brasileiro tornou-se o principal tomador de recursos no mercado, absorvendo poupança privada para a cobertura de seus rombos fiscais e financeiros.

Os juros nominais brasileiros (16,0% a.a.) superam tanto os praticados pelas nações avançadas quanto pelos mercados emergentes, como China (2,8% a.a.), Malásia (3,0%), Índia (4,4% a.a.) e Indonésia (7,5% a.a.), e pelos países latino-americanos, como Chile (1,7% a.a.), Peru (2,5% a.a.), Argentina (5,7% a.a.), México (6,4% a.a.) e Colômbia (7,8% a.a.).

Não bastassem essas restrições, o arrocho monetário propiciou exponencial elevação do custo do crédito em uma economia com elevado grau de oligopolização e ineficiência da intermediação financeira como a brasileira, fato atestado pelos enormes *spreads* (diferença entre as taxas praticadas nas operações de crédito e as taxas pagas na captação dos recursos) cobrados de consumidores e empresas.

Levantamentos realizados pelo FMI revelam *spread* médio de 43,7% ao ano no mercado brasileiro em 2003, representando a primeira posição em um conjunto de 102 países acompanhados por aquela instituição multilateral. Segundo o Banco Central (BC), as taxas de juros médias pagas no Brasil seriam de

quase 30,0% ao ano para pessoas jurídicas e de 63,3% a.a. para pessoas físicas. Ademais, a participação dos dez maiores bancos no total dos ativos elevou-se de 60,2% em 1994 para 78,4% em 2003.

O preço da intermediação seria formado pela taxa Selic (próxima à taxa de captação dos recursos), pela cunha fiscal (depósitos compulsórios, e impostos e taxas incidentes sobre os empréstimos), pelo risco de inadimplência dos tomadores, pelas despesas administrativas e pelos lucros dos bancos. Como resultado, tem-se uma oferta de crédito pelo sistema financeiro equivalente a 26,0% do PIB no Brasil, contra 60,0% no Chile, 80,0% em Portugal, 100,0% na Coreia e 160,0% na Alemanha.

Apesar do peso representado pelos recolhimentos compulsórios (45,0% dos depósitos à vista e 23,0% das aplicações a prazo), a sensível redução verificada nas taxas de risco nos últimos meses (atestada pela diminuição das despesas com provisão para devedores duvidosos nos balanços das organizações financeiras e pela ampliação dos empréstimos com desconto em folha), a cobertura dos dispêndios administrativos, com a cobrança de tarifas sobre os serviços prestados pelos bancos, e a maior participação das agências públicas no mercado de crédito justificariam declínio nos *spreads* em ritmo bastante superior ao da taxa Selic, o que baratearia o custo do crédito e incentivaria a recuperação dos níveis de produção, emprego e investimento. Isso, sem contar com a redução das margens dos bancos incomparavelmente maiores do que a taxa de retorno de qualquer projeto produtivo privado.

Porém, isso não vem acontecendo. Enquanto entre junho de 2003 e abril de 2004 a taxa Selic cai de 26,5% para 16,0% a.a. (-40,0%), os juros cobrados de empresas e consumidores não acompanharam tal redução. As taxas médias declinaram de 237,6% a.a. para 218,0% a.a. para os cartões de crédito (-8,0%), de 206,7% a.a. para 160,0% a.a. para os cheques especiais (-22,0%), de 118,5% a.a. para 102,4% a.a. para o comércio (-14,0%), e de 77,7% a.a. para 59,0% a.a. para o capital de giro (-24,1%).

A saída líquida de capitais em montante superior ao atual superávit no balanço de pagamentos forçaria a taxa de câmbio e o risco país

Por tudo isso, o terreno financeiro mundial recuperou a aridez aos títulos brasileiros, com algumas instituições reduzindo sua recomendação de compra. No fundo, o recado implícito nesse comportamento traduz o risco de evasão líquida de capitais em montante superior ao atual superávit no balanço de pagamentos, o que forçaria a taxa de câmbio e poderia impulsionar o risco país.

Nesse clima, o volume de captações externas de empresas financeiras e não financeiras brasileiras alcançou US\$ 4,5 bilhões no período janeiro-maio de

2004, correspondendo a uma queda de 32,0% frente a idêntico intervalo de 2003. Isso se torna preocupante quando se considera que o serviço da dívida externa do país deve exigir financiamento de quase US\$ 40,0 bilhões em 2004, já descontadas as entradas referentes aos investimentos diretos estrangeiros (cerca de US\$ 10,0 bilhões) e o superávit em transações correntes estimado em US\$ 7,0 bilhões.

Voltando à limitação do modelo conservador de política econômica aplicado no Brasil, não por acidente, desde 2001, o Instituto de Desenvolvimento e Administração Internacional de Lausanne (IMD), na Suíça, tem aferido queda do país no *ranking* mundial de competitividade. Em uma amostra de 58 unidades (países e regiões), o Brasil ocupou o 53º posto em 2003, suplantando apenas México e Venezuela, na América Latina, e Romênia, Indonésia, Turquia e Polônia entre os emergentes.

A incômoda colocação do país no certame mundial de competitividade advém da perversa concatenação entre desvantagens, como as elevadas despesas com capital (taxa de juros e *spread*), carga tributária e burocracia, e a reduzida eficiência da administração pública e da infra-estrutura (a oitava pior).

Só a título de exemplo, no quesito infra-estrutura de geração de capacidade competitiva o país figura no 54º lugar, evidenciando o atraso nas áreas da educação, inovação e ciência e tecnologia, a despeito do fardo tributário de 35,7% do PIB em 2003 contra 35,5% em 2002.

Ainda conforme o IMD, a produtividade do trabalho no Brasil corresponde a um terço da média dos países analisados. A despeito desse grupo de restrições, o Brasil figura na 25ª posição no quesito capacidade de negócios das empresas.

Na verdade, para um país no qual o consumo final e as exportações respondem por 76,0% e 14,8%, respectivamente, do Produto Interno Bruto (PIB), o desvio do eixo dinâmico do sistema econômico do mercado interno para o externo exigiria a execução de estratégias voltadas à ampliação da corrente de comércio, que, por seu turno, não poderiam prescindir da intensificação da penetração em novas frentes de mercado, de câmbio competitivo e da compressão dos custos internos, particularmente dos salariais, de forma semelhante ao que ocorre nas nações asiáticas, por exemplo.

Caso contrário, o comércio externo do país permanecerá exibindo números aparentemente conflitantes. Por exemplo, segundo a Revista The Economist, o Brasil experimentou a terceira maior variação (27,4%) do saldo da balança comercial entre vinte e cinco países emergentes acompanhados, nos últimos doze meses encerrados em abril de 2004, atrás da Rússia (63,0%, puxada pelo petróleo) e da Indonésia (28,3%).

A expressiva performance exportadora do país tem ensejado projeções de superação da participação de 1,0% no total mundial, registrada há onze anos, de alcance de um coeficiente de exportações superior a 15,0% do PIB, acima daquele registrado nos anos 80 decorrente do modelo megaexportador, e de corrente de comércio (exportações+importações) de 25,0% do PIB.

Em contrapartida, conforme avaliação realizada pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), “além ser um exportador modesto, classificado em 25.º lugar pelo valor de suas vendas, o país pouco participa dos mercados que mais se expandem”.¹

A falta de uma estratégia articulada de renovação produtiva e comercial e a concentração da atração de investimentos externos para a incorporação de grupos nacionais (privados e estatais) têm sido os grandes responsáveis pelo alijamento do Brasil dos mercados de bens industriais de alta tecnologia e de agregação de valor, particularmente nas áreas de informática e de comunicações. Assim, segundo a Unctad, dos 25 produtos que lideraram o crescimento do comércio mundial entre 1985 e 2000, o Brasil figurou apenas em dois (veículos automotivos e motores), contra 12 do México e 16 da China.

Na mesma linha, levantamento da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex) revelou declínio da participação de produtos intensivos em tecnologia (aviões, eletroeletrônicos e itens de telecomunicações) entre 2000 e 2003, recuando de 11,4% para 6,4%, devido à forte dependência das importações de um reduzido número de países, principalmente os EUA e o Canadá. Tal fato confere natureza vulnerável às exportações do país, sustentadas em *commodities* que apresentam reduzida elasticidade-renda e volatilidade nos preços de mercado.

No entanto, a dívida social e a demanda reprimida, acumuladas durante décadas no Brasil, representam, ao mesmo tempo, empecilho à aventura exclusivamente exportadora, e incentivo à execução de medidas destinadas à recuperação do mercado interno, capitaneadas pela elevação dos salários, desoneração tributária, redução do custo do crédito, mudanças das leis de falências e nos sistemas de garantias, montagem de uma estrutura regulatória estável e transparente e ampliação dos investimentos nos gargalos em infraestrutura nas áreas de energia, saneamento e transportes, amparada em programas fiscais anticíclicos.

A propósito das iniciativas anticíclicas, parece oportuno mencionar a premência da multiplicação conjunta de dispêndios públicos diretos e de mecanismos indutores da iniciativa privada, especialmente câmbio e juros reais competitivos, suficientes para começar a derrubada da orientação econômica conservadora que, de acordo com o que sublinhou recentemente Furtado, citado por Soares, “força um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia, a congelar investimentos básicos como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento do balanço de pagamentos”.²

Nesse sentido, deve-se tanto a superação de questões técnicas, como a exclusão dos investimentos públicos no cálculo do superávit primário apresentado ao FMI – dado o seu caráter multiplicador e gerador de fluxo de caixa, propiciando a amortização dos passivos –, quanto a definição do papel a ser exercido pelas agências públicas

de fomento no financiamento do crescimento econômico, contemplando inclusive a redução da transferência de seus lucros ao Tesouro Nacional, o que ampliaria a dimensão patrimonial, o potencial de empréstimos e a capacidade de orquestração do crescimento econômico destas instituições, perdidos com a preponderância das práticas de liberalização dos mercados e de abertura da conta de capitais para a captação da poupança externa nos anos de 1990.

É evidente que a participação pública, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na desobstrução dos gargalos infra-estruturais, seria apenas um pilar do padrão de alternativas de financiamento para um novo ciclo de crescimento, que não poderia prescindir da poupança externa e do fortalecimento do mercado de capitais, tanto acionário quanto de papéis privados.

Por tudo isso, as estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dando conta de uma expansão de 2,7% do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2004, em comparação com igual período de 2003, sugerem, de forma enganosa, ao governo e aos mercados, que a economia brasileira estaria iniciando finalmente o “espetáculo do crescimento”. O desempenho do PIB brasileiro no trimestre em foco foi um dos piores entre os emergentes, atrás da Argentina (10,5%), China (9,8%), Malásia (7,6%), Chile (4,8%) e México (4,6%).

Na verdade, apesar da performance ter sido positiva durante nove meses, alcançando o maior ritmo desde o final de 1999, o incremento dos níveis de atividade permaneceu sustentado no comportamento favorável do binômio formado pela agropecuária e pelas exportações, que cresceram 6,4% e 5,6%, respectivamente, afetando positivamente alguns segmentos industriais, principalmente aqueles ligados à fabricação de máquinas e equipamentos.

De maneira assimétrica, o consumo das famílias e os gastos do governo observaram elevações pífias de 0,3% e 0,8%, respectivamente, e a construção civil recuou 2,3%, reflexo da conjugação de componentes negativos como o desaquecimento da economia (em razão da demanda reprimida por conta da queda dos salários reais e do aumento do desemprego), a falência do Estado e a ausência de fontes de financiamento dos projetos de longo prazo. No caso da construção civil, o resultado negativo apenas manteve a tendência depressiva verificada desde 2001, acumulando retração superior a 13,0%.

A performance mais alentadora ficou por conta dos investimentos, que aumentaram 2,3%, confirmando a trajetória de recuperação iniciada no final de 2003, fato que explica o avanço de 4,0% no volume de importações. Ainda assim, é necessário considerar que o aumento das compras externas, associado ao investimento, pode vir a comprometer a equação externa do país, fortemente determinada pela necessidade de geração de megassuperávits na balança comercial.

Outro aspecto não considerado adequadamente pelos analistas econômicos foi a base de comparação deprimida, representada pelo primeiro trimestre de 2003,

período de acentuação da fase recessiva começada na gestão de Fernando Henrique Cardoso e aprofundada pelo governo Lula, em nome da já mencionada conquista de credibilidade junto aos mercados.

Qualquer sinal de inversão da tendência de estagnação econômica no Brasil deve ser menos comemorado e melhor aproveitado

Mesmo assim, qualquer sinal de inversão da tendência de estagnação econômica deve ser menos comemorado e melhor aproveitado. A indicação de recuperação da capacidade de expansão da produção e dos negócios do país, ainda sujeita aos humores dos mercados externos, deveria ser espalhada para os segmentos mais articulados ao mercado interno, derrubando as expectativas negativas, em linha com os objetivos de transformação da reativação conjuntural em crescimento sustentado.

Para tanto, afiguram-se essenciais iniciativas mais audaciosas das autoridades econômicas na direção da retomada da prática de reduções rápidas e pronunciadas das taxas de juros, o que, no momento atual, vem sendo ameaçada pelas já citadas alterações na conjuntura internacional, com destaque para a elevação do preço do petróleo e o aumento dos juros nos EUA.

Paradoxalmente, as atas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), denotam um sentido inverso, ocupado pelos receios das turbulências externas e de seus reflexos sobre a curva de inflação no Brasil. A expectativa generalizada é de

que a expansão econômica verificada nos primeiros três meses de 2004 não sirva de motivo para a manutenção da austeridade monetária e fiscal. Seria o atestado de que esse governo teme (ou não deseja) o crescimento.

Reconhecidamente, enquanto o modelo de desenvolvimento baseado no Estado-empresário malogrou no excesso de paternalismo e na ineficiência subjacente, a agenda liberal não conseguiu coordenar o crescimento nem encaminhar soluções para as desigualdades sociais. Portanto, um maior ativismo estatal poderia estar centrado na combinação do resgate das ações de planejamento e de indução, de extrema relevância para a construção do futuro.

Por essa ordem de idéias, nota-se, com preocupação, uma natureza desviada da política econômica, contagiada pelos resultados do PIB do primeiro trimestre, sinalizando que os juros já teriam cumprido seu papel e que o crescimento econômico estaria subordinado à evolução do PIB potencial e à agenda microeconômica ou aos aspectos institucionais (reformas estruturais, abertura, desregulamentação e inversões de base).

Essa linha confere à gestão macroeconômica o papel de garantidora do crescimento, por meio da construção e manutenção de um clima de estabilidade monetária e da administração eficiente dos choques e das contas públicas. Enquanto isso, caberia ao setor privado a otimização do potencial de expansão econômica.

Tal leitura ignora não apenas os efeitos nefastos da elevada dimensão dos juros, da carga tributária e do superávit primário nas decisões de investimento em ampliação do PIB potencial, mas a necessidade premente de revisão do sistema sustentado no tripé constituído pelas metas de inflação, câmbio flutuante e saldos fiscais positivos.

NOTA

¹O BRASIL fora do comércio dinâmico. **O Estado de S. Paulo**, 31 maio 2004. p.A3.

²SOARES, Pedro. Furtado critica aperto fiscal praticado no país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 maio 2004, Caderno Dinheiro, p. B12.

Comércio exterior do Paraná: desempenho no período janeiro-maio de 2004

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Nos cinco primeiros meses de 2004, as exportações paranaenses totalizaram US\$ 3,24 bilhões, valor que correspondeu a uma elevação de 19,06% em relação aos US\$ 2,72 bilhões contabilizados no mesmo intervalo do ano passado. Esse desempenho acompanha a trajetória de crescimento das exportações brasileiras, que apresentaram variação de 25,26% no período, saltando de US\$ 27,13 bilhões para US\$ 33,98 bilhões.

Diferentemente de 2003, quando os complexos soja e material de transporte foram os principais responsáveis pela ampliação das vendas externas, o aumento das receitas no ano corrente vem sendo sustentado por segmentos comparativamente menos representativos, assegurando menor concentração à pauta de exportação do Estado. Para ilustrar esse processo, enquanto os complexos soja e material de transporte registraram variações de, respectivamente, -12,16% e -7,16% nas vendas ao exterior, os grupos cereais, máquinas e instrumentos mecânicos, madeira e carnes apresentaram acréscimos de 246,98%, 70,28%, 52,85% e 36,68%, respectivamente, na comparação com o período janeiro-maio de 2003 (tabela 1).

Em números absolutos, os segmentos que mais contribuíram para a expansão das exportações paranaenses foram cereais, madeira, carnes e máquinas e instrumentos mecânicos, com aumentos de US\$ 196,34 milhões, US\$ 144,47 milhões, US\$ 90,87 milhões e US\$ 66,73 milhões. No caso dos cereais, a significativa evolução das receitas foi determinada pelo incremento nos embarques de milho, o que confirma a consolidação de novos canais de comercialização do grão no mercado externo, tornando o setor produtivo menos vulnerável às oscilações de preços derivadas da forte dependência em relação ao consumo doméstico.

No que se refere ao complexo madeireiro, a notável ascensão das exportações refletiu principalmente o desempenho das vendas de madeira compensada/contraplacada, classificação que inclui o produto *Medium Density Fiberboard* (MDF), fabricado há relativamente pouco tempo no Brasil e com ampla utilização pelas indústrias moveleira e da construção civil. Como se sabe, além do crescimento da participação do MDF no mercado mundial de placas de madeira, o aumento das exportações do produto nos últimos anos se deve à instalação de grandes indústrias do ramo no Paraná, a despeito da ênfase desses grupos empresariais no atendimento do mercado brasileiro.

Não obstante o razoável número de países compradores, as vendas externas da indústria madeireira vêm se concentrando em poucos mercados, com destaque para os Estados Unidos, Reino Unido e Bélgica, que garantiram receitas de US\$ 283,61 milhões ao Estado nos cinco primeiros meses de 2004, valor equivalente a 67,88% do total exportado pelo segmento. Entre os principais importadores, os Estados Unidos apresentaram a maior taxa de crescimento na comparação com o período janeiro-maio de 2003, registrando variação de 80,86%, o que indica forte relação entre a dinâmica das exportações paranaenses do complexo madeireiro e a demanda do mercado norte-americano.

Já o bom desempenho das vendas de carnes está diretamente relacionado ao avanço do segmento avícola, responsável por 75,57% das receitas cambiais relativas à indústria de abate de animais (participação que inclui as carnes de frango, *in natura* e industrializada, e de peru). Neste ano, as exportações estaduais de carne de aves cresceram 39,73%, com expressivo aumento da carne de frango *in natura* (36,51%), não deixando dúvidas quanto à competitividade dos produtores brasileiros, além do aproveitamento das oportunidades abertas pela ocorrência de problemas sanitários em alguns países. Ademais, cabe ressaltar a evolução das exportações de carne de peru, que passaram de US\$ 10,26 milhões no período janeiro-maio de 2003 para US\$ 20,95 milhões no mesmo intervalo de 2004, valores que podem ser atribuídos a dois abatedouros instalados no Paraná, mais especificamente nos municípios de Francisco Beltrão e Carambeí.

Na mesma trajetória, as vendas de carne bovina ao exterior registraram expansão de 62,25% (incluindo também o produto industrializado), com um salto de US\$ 23,56 milhões para US\$ 38,23 milhões, números que ainda não refletem o embargo da Rússia à carne brasileira, motivado por um recente registro de febre aftosa no Estado do Pará (a proibição terminou em 30 de junho). Se não fosse suspenso, o embargo certamente afetaria sobremaneira o comportamento dos embarques, considerando que a Rússia é o terceiro maior comprador de carne bovina *in natura* do Paraná, com aquisições de US\$ 4,34 milhões somente neste ano.

*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JAN-MAIO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja	901 157 672	27,78	1 025 929 325	37,66	-12,16
Soja mesmo triturada	375 099 782	11,56	534 106 633	19,60	-29,77
Farelo de soja	335 398 241	10,34	290 191 533	10,65	15,58
Óleo de soja em bruto	157 358 640	4,85	155 811 297	5,72	0,99
Óleo de soja refinado	31 249 116	0,96	45 819 862	1,68	-31,80
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	2 051 893	0,06	-	-	-
Material de transporte e componentes	521 661 885	16,08	561 869 715	20,62	-7,16
Automóveis	199 418 100	6,15	303 219 490	11,13	-34,23
Motores para automóveis	186 954 477	5,76	165 432 298	6,07	13,01
Tratores	57 574 382	1,78	31 561 231	1,16	82,42
Autopeças	40 701 167	1,25	31 241 733	1,15	30,28
Veículos de carga	20 929 392	0,65	11 334 911	0,42	84,65
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	8 349 377	0,26	7 856 414	0,29	6,27
Ônibus	4 701 652	0,14	9 046 529	0,33	-48,03
Demais materiais de transporte	3 033 338	0,09	2 177 109	0,08	39,33
Madeiras e manufaturas de madeira	417 819 604	12,88	273 353 251	10,03	52,85
Madeira compensada ou contraplacada	210 068 326	6,48	115 296 111	4,23	82,20
Madeira serrada	66 084 812	2,04	66 048 907	2,42	0,05
Obras de marcenaria ou de carpintaria	35 976 208	1,11	27 354 670	1,00	31,52
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	30 455 147	0,94	11 643 570	0,43	161,56
Demais madeiras e manufaturas de madeira	75 235 111	2,32	53 009 993	1,95	41,93
Carne	338 640 212	10,44	247 765 358	9,09	36,68
Carne de frango <i>in natura</i>	233 245 427	7,19	170 861 828	6,27	36,51
Carne de bovino <i>in natura</i>	37 989 697	1,17	23 473 394	0,86	61,84
Carne de suíno <i>in natura</i>	32 767 412	1,01	33 365 010	1,22	-1,79
Carne de peru <i>in natura</i>	20 948 709	0,65	10 257 500	0,38	104,23
Carne de frango industrializada	1 718 472	0,05	2 030 040	0,07	-15,35
Carne bovina industrializada	237 753	0,01	87 269	-	172,44
Demais carnes	11 732 742	0,36	7 690 317	0,28	52,57
Cereais	275 843 537	8,50	79 498 761	2,92	246,98
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	161 673 057	4,98	94 943 015	3,48	70,28
Compressores e bombas	53 461 570	1,65	27 436 286	1,01	94,86
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	41 407 987	1,28	16 692 545	0,61	148,06
Refrigeradores e congeladores	23 724 762	0,73	11 568 876	0,42	105,07
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	8 247 399	0,25	5 599 830	0,21	47,28
Rolamentos e engrenagens	6 892 776	0,21	3 618 909	0,13	90,47
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	27 938 563	0,86	30 026 569	1,10	-6,95
Papel e celulose	88 066 466	2,72	64 724 563	2,38	36,06
Papel	88 061 489	2,71	64 721 622	2,38	36,06
Celulose	4 977	-	2 941	-	69,23
Café	73 880 908	2,28	58 125 647	2,13	27,11
Café solúvel	49 665 735	1,53	40 372 816	1,48	23,02
Café cru em grão	24 215 173	0,75	17 752 831	0,65	36,40
Outros grupos	464 871 648	14,33	318 237 810	11,68	46,08
TOTAL	3 243 614 989	100,00	2 724 447 445	100,00	19,06

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Quanto ao grupo de produtos denominado “máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos”, pode-se afirmar que os resultados positivos denotam um avanço desejável de produtos com maior conteúdo tecnológico, apesar da reduzida participação de 4,98% desse segmento nas exportações totais do Estado. Nesse grupo, a ampliação do faturamento vem sendo sustentada pelas vendas de compressores, aparelhos agrícolas e refrigeradores, cujas variações alcançaram, respectivamente, 94,86%, 148,06% e 105,07% nos primeiros cinco meses do presente exercício.

Passando às importações, verifica-se sensível aumento de 5,44% (tabela 2), muito abaixo dos 19,16% referentes ao crescimento das aquisições brasileiras de janeiro a maio de 2004. Mesmo diante das restrições dos dados de importação em nível estadual, derivadas da metodologia da apuração das estatísticas, que considera exclusivamente o domicílio fiscal do importador, pode-se imputar a modesta variação das aquisições paranaenses à compensação do aumento das compras de alguns segmentos pelo decréscimo de outros grupos, redundando em uma relativa estabilidade das importações totais.

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Produtos químicos	336 316 672	24,72	222 936 598	17,28	50,86
Adbos e fertilizantes	179 716 771	13,21	97 155 770	7,53	84,98
Produtos químicos orgânicos	75 802 327	5,57	55 136 239	4,27	37,48
Plásticos e suas obras	43 898 792	3,23	40 587 708	3,15	8,16
Demais produtos químicos	36 898 782	2,71	30 056 881	2,33	22,76
Material de transporte e componentes	260 476 777	19,14	315 315 872	24,44	-17,39
Autopeças	154 450 666	11,35	192 532 395	14,92	-19,78
Motores para automóveis	65 655 043	4,83	76 615 548	5,94	-14,31
Automóveis	14 156 531	1,04	19 376 295	1,50	-26,94
Pneumáticos e câmaras de ar	6 377 446	0,47	5 764 834	0,45	10,63
Demais materiais de transporte	19 837 091	1,46	21 026 800	1,63	-5,66
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	185 158 481	13,61	186 226 371	14,43	-0,57
Compressores e bombas	45 609 788	3,35	45 046 087	3,49	1,25
Rolamentos e engrenagens	25 643 056	1,88	26 317 750	2,04	-2,56
Torneiras e válvulas	11 997 418	0,88	9 933 055	0,77	20,78
Aparelhos de ar condicionado	9 343 723	0,69	10 801 586	0,84	-13,50
Aparelhos para filtrar ou depurar	8 789 251	0,65	10 131 773	0,79	-13,25
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	7 977 818	0,59	6 278 231	0,49	27,07
Computadores e acessórios	6 620 473	0,49	5 106 635	0,40	29,64
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	69 176 954	5,08	72 611 254	5,63	-4,73
Materiais elétricos e eletrônicos	141 888 217	10,43	108 132 351	8,38	31,22
Aparelhos transmissores e receptores	32 008 305	2,35	24 875 695	1,93	28,67
Aparelhos elétricos para telefonia	18 710 044	1,38	12 684 573	0,98	47,50
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	16 126 909	1,19	23 932 026	1,85	-32,61
Geradores e transformadores, elétricos	12 161 132	0,89	11 643 088	0,90	4,45
Demais materiais elétricos e eletrônicos	62 881 827	4,62	34 996 969	2,71	79,68
Derivados de petróleo	74 596 370	5,48	69 287 193	5,37	7,66
Óleos brutos de petróleo	43 641 679	3,21	55 693 682	4,32	-21,64
Óleos e combustíveis	26 457 379	1,94	884 124	0,07	2 892,50
Demais derivados de petróleo	4 497 312	0,33	12 709 387	0,98	-64,61
Produtos metalúrgicos	47 078 021	3,46	35 730 571	2,77	31,76
Barras, perfis, fios, chapas e tiras de alumínio	3 594 975	0,26	5 045 366	0,39	-28,75
Produtos laminados planos de ferro ou aço	3 098 742	0,23	1 950 457	0,15	58,87
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	2 089 803	0,15	2 545 843	0,20	-17,91
Demais produtos metalúrgicos	38 294 501	2,81	26 188 905	2,03	46,22
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	41 539 954	3,05	44 427 190	3,44	-6,50
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	41 539 954	3,05	44 427 190	3,44	-6,50
Papel e celulose	35 952 134	2,64	27 923 179	2,16	28,75
Papel	20 348 340	1,50	10 994 766	0,85	85,07
Celulose	15 603 794	1,15	16 928 413	1,31	-7,82
Produtos têxteis	33 823 510	2,49	31 406 036	2,43	7,70
Confecções	16 330 999	1,20	8 491 829	0,66	92,31
Fios sintéticos ou artificiais	5 716 074	0,42	6 652 756	0,52	-14,08
Demais produtos têxteis	11 776 437	0,87	16 261 451	1,26	-27,58
Soja	32 975 267	2,42	76 408 006	5,92	-56,84
Soja mesmo triturada	30 340 667	2,23	71 062 635	5,51	-57,30
Farelo de soja	2 634 600	0,19	4 893 371	0,38	-46,16
Óleo de soja em bruto	-	-	452 000	0,04	-100,00
Outros grupos	170 801 325	12,55	172 632 544	13,38	-1,06
TOTAL	1 360 606 728	100,00	1 290 425 911	100,00	5,44

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Entre os segmentos que registraram elevação, destacam-se os produtos químicos e os materiais elétricos e eletrônicos. No que tange aos produtos químicos, as importações saltaram de US\$ 222,94 milhões para US\$ 336,32 milhões (variação de 50,86%), em função principalmente do aumento das compras de adubos e fertilizantes, como efeito da expansão do setor agrícola, e de produtos químicos orgânicos.

Com acréscimo de US\$ 33,76 milhões, as importações de materiais elétricos e eletrônicos apresentaram alta de 31,22% em relação a 2003. Esse resultado pode ser atribuído, em grande medida, ao incremento nas aquisições de transmissores, receptores e aparelhos elétricos para telefonia, produtos utilizados pelo setor de telecomunicações.

Por outro lado, os complexos material de transporte e soja contabilizaram variações de, respectivamente, -17,39% e -56,84% nas importações. No intervalo janeiro-

maio de 2004, as compras da indústria de material de transporte somaram US\$ 260,48 milhões, abaixo da cifra de US\$ 315,32 milhões atinente ao mesmo período do ano passado. Essa queda é resultado principalmente do comportamento das importações de autopeças e motores, refletindo, no caso das máquinas motrizes, o declínio das aquisições de unidades produzidas na Alemanha, que equipam automóveis destinados a consumidores de alta renda.

Por fim, a retração das compras do complexo soja decorre basicamente da elevada base de comparação representada pelos cinco primeiros meses de 2003. Nesse período, as consideráveis quantidades de soja em grão adquiridas do Paraguai (cerca de 388 mil toneladas) e os altos preços resultaram em um significativo valor de importação, da ordem de US\$ 71,06 milhões, muito acima dos US\$ 30,34 milhões concernentes a janeiro-maio deste ano.

Indústria e comércio paranaense: panorama em 2004

Gilmar Mendes Lourenço*

Uma rápida avaliação dos principais indicadores do nível de atividade revela desempenho positivamente diferenciado da indústria e do comércio paranaense, quando confrontado com a média brasileira, nos primeiros quatro meses de 2004.

De modo geral, é possível atribuir esse comportamento aos reflexos ampliados dos fatores de dinamismo da economia brasileira neste começo de 2004, representados, de um lado, pela continuidade do crescimento da economia mundial – puxado por China e Estados Unidos – e pela elevação dos preços das *commodities* e, de outro, pela incipiente resposta do mercado interno à política de flexibilização monetária implementada pelo governo federal a partir de junho de 2003.

Porém, cabe advertir que os resultados mais desagregados propiciam a construção de tendências contraditórias, em razão do emprego de metodologias, de painéis de informantes e de classificações de atividades distintas nas diferentes pesquisas básicas geradoras dos indicadores conjunturais, preponderantemente para o setor industrial.

Assim, tomando por base a evolução da produção física industrial, levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor manufatureiro operante no território estadual cresceu 8,1% no período em pauta, contra 6,1% da média nacional. A performance paranaense foi a terceira maior entre os estados pesquisados, perdendo para Amazonas (15,7%) e São Paulo (8,4%), segundo aponta a tabela 1.

Ressalte-se que o incremento verificado na indústria do Amazonas esteve sustentado na fabricação de material eletrônico e de comunicações, especialmente de televisores a cores e telefones celulares. No caso de São Paulo, a expansão pode ser imputada ao comportamento da produção de automóveis. Em ambas as situações, é possível perceber a influência exercida pela estratégia de diminuição dos juros praticada pelo Banco Central (BC) durante o segundo semestre de 2003, ensejando um começo de recuperação do consumo a prazo, principalmente de bens de consumo duráveis.

Já a impulsão da produção industrial do Paraná foi determinada pelas variações ocorridas nos segmentos edição e impressão, veículos automotores, madeira, bebidas, mobiliário e alimentos, vinculadas prioritariamente à combinação entre o desempenho do

agronegócio e das exportações, fato atestado pela liderança da indústria de material de transporte, especificamente a montagem de caminhões pesados. Cabe assinalar a interferência do início da reativação da produção voltada para o mercado interno, verificado nas atividades dos ramos de edição, bebidas e mobiliário (tabela 2).

Em paralelo, as vendas reais da indústria de transformação atuante no Estado, apuradas pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), cresceram 4,0% nos primeiros quatro meses de 2004, em comparação com igual base de 2003, estimuladas pela demanda externa (6,7%) e de outros estados brasileiros (11,2%), pois a comercialização dentro do Paraná declinou 6,5%. Apesar de individualmente os destaques terem sido os gêneros material elétrico, bebidas e produtos de matéria plástica, os grandes responsáveis pela variação agregada foram os segmentos da cadeia de alimentos e da metalmeccânica (material de transporte e mecânica – tabela 3).

Quanto às compras de insumos industriais, identificou-se queda de 4,2%, explicada pelo recuo das aquisições do exterior (19,15%) e de dentro do Estado (9,6%), fruto dos impactos da depreciação cambial e dos cenários de incerteza quanto à sustentação da atual fase de recuperação econômica. As reduções mais pronunciadas aconteceram nas indústrias química, vestuário, têxtil e papel e papelão.

No que diz respeito ao emprego industrial, outra pesquisa do IBGE apurou expansão de 1,2% do pessoal ocupado assalariado no Estado, no intervalo janeiro-abril de 2004, em confronto com idêntico período de 2003, contra queda de 0,6% para o país. Por esse indicador, o Paraná ostentou o segundo melhor desempenho do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais, que cresceu 3,0%, por conta da evolução experimentada pelos ramos de borracha e plásticos, alimentos e bebidas, siderurgia/metalurgia e máquinas e aparelhos eletrônicos (tabela 4).

De maneira detalhada, a variação positiva do contingente ocupado na indústria paranaense esteve

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

estritamente ligada à performance das divisões de fumo, máquinas e equipamentos, alimentos e bebidas, refino de petróleo e meios de transporte. Chama atenção a queda nos níveis de emprego dos agrupamentos de indústrias atrelados à construção civil (extrativa, metalurgia, madeira e minerais não-metálicos) e à demanda interna (vestuário, calçados e couros), subordinados, respectivamente, à dinâmica cíclica da economia (emprego, renda e dispêndios e inversões públicas) e à massa de salários.

O descompasso entre a expansão da produção, vendas e emprego industrial no Paraná deriva de fatores conjunturais e estruturais

É interessante sublinhar o flagrante descompasso entre as intensidades de evolução da produção, vendas e pessoal ocupado na indústria do Estado. De fato, a produção vem crescendo mais rapidamente que as vendas, e estas, por seu turno, vêm suplantando o ritmo de variação do emprego. Essas diferenças podem ser justificadas pela aplicação de metodologias e amostras distintas nas pesquisas conjunturais, conforme já observado, e, sobretudo, por elementos de natureza econômica.

A propósito desse último ponto, parece relevante incorporar os impactos do cenário macroeconômico, constituído por peças conjunturais e estruturais, ambas comprimindo a demanda e, conseqüentemente, a rentabilidade das indústrias e a oferta de postos de trabalho.

Na vertente conjuntural emerge a política de austeridade monetária e fiscal e, na estrutural, figuram os desdobramentos conjugados da abertura comercial e da reestruturação produtiva, empreendida de maneira defensiva pela iniciativa privada, desde o começo dos anos 90, na direção da melhoria dos níveis de eficiência gerencial e operacional para fazer face ao maior grau de exposição à concorrência externa. No final das contas, as providências voltadas à racionalização e modernização de processos, automação, desativação de linhas de produção obsoletas, terceirização de atividades marginais e/ou menos rentáveis e introdução de simplificações na gestão resultaram em drástica redução da elasticidade do emprego em relação ao investimento e ao produto.

Por fim, uma observação da trajetória das vendas reais do comércio varejista do Estado demonstra variação de 11,1% no primeiro quadrimestre de 2004, contra 8,0% para a média nacional. Com isso, o Paraná figurou em terceiro lugar entre as doze principais unidades federativas investigadas pelo IBGE, sendo o desempenho ancorado na evolução de móveis e eletrodomésticos (21,0%), cuja demanda é movida a crédito. Todavia, é curioso notar que foi justamente nesta categoria de comércio que o desempenho do Estado ficou abaixo da média brasileira. Em todas as outras, o Paraná exibiu incremento acima do nacional, com ênfase para hipermercados, supermercados, alimentos e tecidos, vestuário e calçados (tabela 5).

TABELA 1 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS SELECIONADOS - JAN-ABR 2004

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Amazonas	15,7
Pará	6,3
Goiás	2,9
Ceará	0,9
Pernambuco	4,5
Bahia	6,8
Minas Gerais	1,3
Espírito Santo	3,4
Rio de Janeiro	-1,1
São Paulo	8,4
Paraná	8,1
Santa Catarina	4,8
Rio Grande do Sul	3,7
BRASIL	6,1

FONTE: IBGE

TABELA 2 - PARANÁ - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - SEÇÕES E DIVISÕES - JAN-ABR 2004

SEÇÕES/DIVISÕES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Indústria de Transformação	8,1
Alimentos	9,0
Bebidas	10,4
Madeira	24,3
Celulose, papel e produtos de papel	3,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	26,9
Refino de petróleo e álcool	-4,6
Produtos químicos	-10,7
Borracha e plástico	2,8
Minerais não-metálicos	-3,3
Produtos de metal (exclusive máqs. e equip.	7,1
Máquinas e equipamentos	7,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-5,0
Veículos automotores	25,2
Mobiliário	9,3

FONTE: IBGE

TABELA 3 - PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS REAIS E COMPRAS REAIS DE INSUMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - JAN-ABR/2004

GÊNERO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Vendas	Compras
Minerais não-metálicos	13,9	7,1
Metalurgia	-6,1	4,1
Mecânica	14,1	-8,0
Material Elétrico e de Comunicações	83,4	43,6
Material de Transporte	7,8	-0,1
Madeira	-5,2	-11,2
Mobiliário	14,4	30,3
Papel e Papelão	10,4	-20,5
Couros e Peles	7,5	5,9
Química	-23,9	-38,0
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	-18,7	-31,8
Perfumaria, Sabões e Velas	29,3	45,6
Matérias Plásticas	28,1	11,2
Têxtil	12,7	-22,1
Vestuário, Calçados e Artefatos	-28,4	-25,5
Produtos Alimentares	4,4	-2,6
Bebidas	40,3	-5,1
Editorial e Gráfica	21,1	-3,7
Indústria de Transformação	4,0	-4,2

FONTE: IBGE

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JAN-ABR 2004

UF	VARIAÇÃO (%)
Ceará	-2,0
Pernambuco	0,4
Bahia	-2,0
Minas Gerais	3,0
Espírito Santo	-6,3
Rio de Janeiro	-4,0
São Paulo	-1,4
Paraná	1,2
Santa Catarina	-0,4
Rio Grande do Sul	-2,8
BRASIL	-0,6

FONTE: IBGE

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JAN-ABR 2004

UNIDADES	VARIAÇÃO (%)				
	TOTAL	Combustíveis e lubrificantes	Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	Tecidos, vestuário e calçados	Móveis e eletrodomésticos
BRASIL	8,0	7,9	4,7	0,1	25,9
Ceará	8,1	2,0	6,8	3,6	19,8
Pernambuco	0,4	-1,2	-2,0	5,1	21,1
Bahia	5,1	-0,7	1,4	-1,0	35,6
Minas Gerais	9,9	8,2	10,1	1,4	27,0
Espírito Santo	20,1	-1,4	30,3	-9,9	15,3
Rio de Janeiro	5,6	-1,5	2,6	-4,1	19,2
São Paulo	7,8	13,5	2,6	-0,1	30,4
Paraná	11,1	8,3	9,5	8,7	21,0
Santa Catarina	14,1	11,5	11,4	10,7	32,1
Rio Grande do Sul	6,9	7,9	4,9	-6,9	16,3
Goiás	7,4	-4,4	8,8	-10,5	24,9
Distrito Federal	8,1	9,2	2,9	-6,7	30,3

FONTE: IBGE

Paraná - Destaques Econômicos*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**; Jennifer França Zacarias Silva***, Amanda Rasmussen Zimovski,*

*Cleber Parnoff, Ronald Jesus da Conceição e Shelbert Braz*****

AGROPECUÁRIA

Safra de café deverá aumentar 27,7%

Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), o Paraná deverá colher 2,49 milhões de sacas de café em 2004, volume que representa aumento de 27,7% em relação a 2003, quando a produção atingiu 1,95 milhão de sacas.

O aumento se deve principalmente à recuperação dos cafezais, derivada da alternância entre altos e baixos patamares de produção (característica da cultura). Entretanto, a estimativa inicial indicava uma produção de 2,52 milhões de sacas em 2004, que não se confirmará devido à estiagem que afetou as regiões norte e noroeste do Estado.

AVANSINI, Carolina. Paraná deve colher 2,49 mi de sacas de café. **Folha de Londrina**, 4 maio 2004. Caderno Folha Economia, p.4.

Receita da safra paranaense poderá atingir valor superior a R\$ 16 bilhões

De acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), o valor bruto da produção da agropecuária paranaense atingirá R\$ 16,4 bilhões na safra 2003/2004. Esse montante é 3,4% superior ao valor alcançado na safra anterior.

O acréscimo pode ser atribuído principalmente ao aumento das receitas com as vendas de soja, cujo valor da produção deverá crescer 8,5%, de algodão (29,5%), de mandioca (24,6%) e de fumo (32,7%). Contudo, o Estado deverá registrar queda de 13% na produção de grãos, com uma safra de 26,4 milhões de toneladas, abaixo dos 30,5 milhões de toneladas colhidos na safra 2002/2003.

AVANSINI, Carolina. Safra paranaense vai render R\$ 16,4 bilhões. **Folha de Londrina**, 27 maio 2004. Caderno Folha Economia, p.4.

Prejuízo de R\$ 168 milhões para os produtores de milho safrinha

Os produtores paranaenses de milho safrinha tiveram um prejuízo de R\$ 168 milhões com as geadas que atingiram o Estado nos meses de maio e junho de 2004, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

De acordo com as estimativas, houve perda de 14,02% na produção, o que equivale a 593,86 mil toneladas do grão.

PRODUTORES de milho safrinha têm prejuízo de R\$ 168 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jun. 2004. p.25.

AGROINDÚSTRIA

Sadia investe R\$ 45 milhões em Ponta Grossa

A unidade da Sadia localizada em Ponta Grossa deverá receber R\$ 45 milhões dos R\$ 150 milhões previstos no plano de investimentos da empresa para este ano. Do montante que será destinado à unidade paranaense, R\$ 15 milhões serão aplicados na produção de pratos prontos e doces. Já os R\$ 30 milhões restantes serão direcionados à construção de um centro de estocagem e distribuição, com um armazém de 8 mil metros quadrados.

O objetivo da empresa é que todos os produtos exportados passem pelo armazém, aproveitando as vantagens logísticas derivadas da proximidade do Porto de Paranaguá.

SADIA faz aporte de R\$ 45 milhões em Ponta Grossa. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 maio 2004. Caderno Empresas, p.B8.

Cooperativas do Paraná faturam R\$ 15,5 bilhões em 2003

Com aumento de 45% em relação ao ano anterior, o faturamento das cooperativas paranaenses totalizou R\$ 15,5 bilhões em 2003. Para este ano, a expectativa é de que a receita bruta do setor cresça entre 20% e 25%.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/5/2004 a 30/6/2004.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmica do curso de Administração, estagiária do IPARDES.

****Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

As 204 cooperativas do Estado repassaram R\$ 557 milhões aos seus associados em 2003, sendo R\$ 500 milhões provenientes das 68 cooperativas de produção agropecuária.

Os investimentos realizados pelas cooperativas paranaenses nos últimos três anos somaram R\$ 1,1 bilhão, recursos que foram aplicados em sua maioria no processamento industrial. A previsão de investimento para este ano é de R\$ 570 milhões, destinados principalmente à armazenagem e ao processamento de carnes e leite.

SETOR cooperativo cresceu 45% em 2003. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 maio 2004. p.25.

CASADO, Vânia. Cooperativas investirão R\$ 570 mi no PR. **Folha de Londrina**, 11 maio 2004. Caderno Folha Economia, p.4.

Abate de perus cresce 7% no Paraná

Impulsionado pelas exportações, o abate de perus aumentou 7% no Paraná nos primeiros quatro meses de 2004. Segundo o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Paraná (Sindiavipar), o total de abates no período foi de 2,68 milhões de animais. Em comparação com o primeiro quadrimestre de 2003, as exportações cresceram 56,4%, totalizando 9.048 toneladas.

No Brasil, há apenas três empresas dedicadas ao abate de perus, sendo que duas delas têm unidades no Paraná: Sadia (Francisco Beltrão) e Perdigão (Carambeí).

AVANSINI, Carolina. Produção de perus cresce 7% no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jun. 2004. p.4.

INDÚSTRIA

Multinacional alemã investe R\$ 120 milhões no norte do Paraná

A Hexal do Brasil, subsidiária da multinacional alemã fabricante de medicamentos genéricos, similares e fitoterápicos, está investindo R\$ 120 milhões na construção de uma unidade industrial no município de Cambé, Norte do Paraná. Com inauguração prevista para o segundo semestre deste ano, a fábrica será a segunda maior planta industrial da multinacional no mundo.

Além de criar 550 empregos diretos, a unidade paranaense deverá somar mensalmente cerca de R\$ 150 mil à arrecadação de ICMS do município, que hoje atinge R\$ 4 milhões/mês.

POSSEBOM, Audrey. Indústria alemã investe em Cambé. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 maio 2004. p.23.

Siemens investe na unidade de Curitiba

A multinacional alemã Siemens investiu US\$ 20 milhões na fábrica de Curitiba, com o objetivo de transformar a unidade em sua plataforma mundial de exportação de centrais telefônicas para redes corporativas (PABX). A empresa pretende duplicar a produção, direcionando 95% do total produzido ao mercado externo.

Para a realização do projeto, a fábrica contratou 350 funcionários, com a geração de mais 650 vagas pelos fornecedores de componentes.

BUENO, Priscila. Siemens de Curitiba é pólo de exportação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 maio 2004. p.19.

BORDINHÃO, Andréa. Siemens inaugura pólo exportador. **Folha de Londrina**, 18 maio 2004. Caderno Folha Economia, p.1.

MOREIRA, Talita. Siemens faz investimento para exportar central PABX. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 maio 2004. Caderno Empresas, p.B4.

Produção industrial do Paraná cresce há 17 meses

A produção industrial do Paraná vem apresentando crescimento há 17 meses consecutivos, como resultado, principalmente, do bom desempenho do agronegócio.

Em abril, o setor industrial do Paraná registrou aumento da produção de 4,6%, em comparação com o mesmo período do ano passado, ficando em oitavo lugar no *ranking* dos estados brasileiros, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tomando como base o primeiro quadrimestre de 2004, a indústria brasileira atingiu crescimento de 6,1%. Os melhores resultados acumulados foram do Amazonas (15,7%), São Paulo (8,4%) e Paraná (8,1%).

GASPARIN, Miriam. Indústria do Paraná cresce há 17 meses consecutivos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jun. 2004. p.21.

Repar retoma atividades em junho

A refinaria Getúlio Vargas (Repar), localizada em Araucária, retomou suas atividades no dia 25 de junho, depois de 56 dias em parada técnica. A parada é realizada geralmente a cada quatro anos, consistindo na manutenção e troca de peças de todos os equipamentos da unidade.

Para a manutenção da refinaria foi necessário um desembolso de R\$ 182 milhões, valor que inclui a compra de peças e a contratação de funcionários temporários. No total, a operação exigiu 5.220 pessoas, das quais 4.700 em caráter temporário.

Primeiramente, a Repar retomou a produção de GLP (gás de cozinha) e gasolina. Já o início das atividades na unidade de destilação atmosférica, que produz *diesel*, asfalto, naftas e óleos combustíveis, está previsto para 12 de julho.

A Repar é responsável pelo abastecimento de combustíveis do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e parte de São Paulo. Durante a parada, esses mercados foram atendidos pelos estoques da unidade paranaense.

CALDEIRA, Keyse. Repar volta a produzir GLP e gasolina na sexta-feira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 jun. 2004. p.6.

Novo modelo da Renault será produzido no Paraná

A Renault, instalada em São José dos Pinhais, irá investir R\$ 190 milhões na produção do Mégane Sedan II, veículo cujo início da fabricação está previsto para o 2º semestre de 2005.

A montadora pretende fabricar inicialmente 20 mil unidades do novo modelo, que utilizará cerca de 65% de peças nacionais. A empresa possui 2,5 mil funcionários na unidade paranaense e ainda não anunciou novas contratações para a produção do novo automóvel.

BORDINHÃO, Andréa. Renault produzirá novo carro no Paraná. **Folha de Londrina**, 23 jun. 2004. Caderno Folha Economia, p.1.

GASPARIN, Miriam. Paraná vai produzir o Mégane Sedan. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jun. 2004. p.22.

COMÉRCIO

Condor abrirá dois novos hipermercados

A rede de supermercados Condor Supercenter estabeleceu para este ano um cronograma de investimentos que prevê a abertura de novos hipermercados - um deles no bairro Santa Cândida, em Curitiba, e outro em Paranaguá. Os investimentos totais nas novas unidades serão superiores a R\$ 30 milhões.

Além das unidades a serem construídas no segundo semestre, foi inaugurada mais uma loja na capital paranaense no final de março, que, sozinha, criou 400 empregos na cidade.

Hoje, a rede Condor Supercenter conta com 21 unidades no Paraná, distribuídas em municípios como Araucária, Londrina, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Lapa e Guarapuava. Juntas, as unidades faturaram R\$ 572 milhões em 2003, empregando 3,8 mil funcionários.

SCHELLER, Fernando. Condor abre dois novos hipermercados até o fim do ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 maio 2004. p.20.

COMÉRCIO EXTERIOR

Exportações para a China cresceram em 2003

As vendas paranaenses para a China apresentaram crescimento de 75% em 2003, atingindo valor de US\$ 738 milhões. Isso representa uma participação de 16,3% nas vendas brasileiras ao referido país, que ocupa atualmente a segunda posição entre os importadores de produtos paranaenses, atrás dos Estados Unidos.

Dentre os principais produtos exportados pelo Estado à China, destacam-se as mercadorias do agronegócio, principalmente do complexo soja, que responde por 35% do total vendido. Ademais, sobressaem a carne de frango, o café e a madeira. Com relação aos produtos de maior valor agregado, pode-se citar as exportações da indústria de material de transporte.

KLENK, Lorena A. PR é o 2º Estado em vendas para chineses. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 maio 2004. p.17.

INFRA-ESTRUTURA

Copel lucra R\$ 89 milhões no primeiro trimestre

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) encerrou o primeiro trimestre de 2004 com um lucro líquido de R\$ 89,7 milhões, contra um prejuízo de R\$ 15,5 milhões no mesmo período do ano passado.

Os bons resultados refletem principalmente a redução dos descontos dados aos consumidores que não atrasam o pagamento da conta de energia. Além disso, pode-se atribuir o desempenho positivo ao crescimento de 1,4% do mercado consumidor, à renegociação dos contratos para a compra de energia da Cien e ao não provisionamento de recursos para a aquisição de energia da UEG Araucária.

Com relação à receita operacional líquida, houve crescimento de 23,2% no trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 879,6 milhões. A dívida da companhia em 31 de março de 2004 atingiu R\$ 1,8 bilhão.

CASADO, Vânia. Copel lucra quase R\$ 90 mi no trimestre. **Folha de Londrina**, 18 maio 2004. Caderno Folha Economia, p.3.

GASPARIN, Mirian. Lucro da Copel é de R\$ 879,6 milhões no trimestre. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 maio 2004. p.24.

Sanepar investirá R\$ 1,33 bilhão até 2006

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) vai investir R\$ 1,33 bilhão na ampliação e no tratamento do esgoto no período de 2004 a 2006. O objetivo é fazer com que os serviços de coleta e tratamento de esgoto sejam ampliados de 47% para 60% da população paranaense.

Os recursos para o investimento foram captados por meio de contratos com a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Japan Bank of International Cooperation (JBIC).

Para garantir transparência ao processo de licitação, da elaboração dos editais até o acompanhamento de obras, um órgão da sociedade civil vai atuar no Conselho de Administração.

SANEPAR anuncia investimento de R\$ 1,33 bilhão. **Folha de Londrina**, 26 maio 2004. Caderno Folha Economia, p.6.

NÍVEL DE ATIVIDADES

Consumo rural de energia cresce em 2004

O consumo de energia elétrica cresceu 7,6% na zona rural do Paraná nos quatro primeiros meses de 2004, em relação ao mesmo período do ano anterior. O consumo maior foi decorrente, em grande medida, do crescimento das exportações de derivados de carne, responsável pelo aumento da produção dos criatórios de frango.

O Paraná é um dos maiores exportadores de carnes do Brasil, que, por sua vez, é o segundo maior produtor e exportador mundial de carne de frango e o quarto maior exportador de carne suína.

AVANSINI, Carolina. Consumo rural de energia aumenta 7,6%. **Folha de Londrina**, 14 maio 2004. Caderno Folha Economia, p.4.

Emprego formal cresce no Paraná

Segundo dados do Ministério do Trabalho, no mês de maio foram criados 25,1 mil empregos com carteira assinada no Paraná. Com esse resultado, o Estado registrou um recorde histórico na geração de emprego formal, com o melhor desempenho mensal da série do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, iniciada em 1992.

O resultado do Paraná em maio foi o terceiro melhor entre as unidades da federação, atrás de São Paulo e Minas Gerais. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, foram criados 82.473 empregos formais em todo o Estado.

PR bate recorde na geração de empregos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jun. 2004. p.20.

A condução da política monetária brasileira no regime de metas de inflação: uma análise da regra de Taylor

Marcelo Luiz Curado* e Lucas Lautert Dezordi**

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento recente da teoria macroeconômica, novo-clássica e monetarista em especial foi fundamental para o aperfeiçoamento do regime de metas para a inflação como alternativa na condução da política monetária.¹ Neste campo de análise destacam-se consensos entre essas escolas em pelo menos três pontos básicos: i) a não existência de *trade-off* entre nível de produção (ou desemprego) e a taxa de inflação, expressa na curva de Phillips de longo prazo, onde a política monetária não surte efeitos reais permanentes; ii) argumentos favoráveis à condução de regras de políticas em vez de alternativas discricionárias que gerem inconsistência dinâmica (KYDLAND; PRESCOTT, 1977); e iii) o aumento, cada vez maior, da aceitação de argumentos favoráveis advogando que a inflação baixa promove crescimento econômico e eficiência no longo prazo.

De acordo com Bernanke e Mishkin (1997), o regime de metas para a inflação não deve ser classificado como uma regra rígida tradicional de condução da política monetária, mas interpretado como sendo uma ferramenta de política econômica que aumenta a transparência, a comunicação e a coerência da política monetária. Alguns pontos da lógica deste regime podem ser considerados “com regras”, em particular a natureza do *forward-looking*, que limita o Banco Central em sistematicamente se engajar em políticas monetárias inconseqüentes no longo prazo. Nesse sentido, este regime permite uma certa discricionariedade na condução monetária em momentos de circunstâncias incomuns ou imprevisíveis.

Em termos técnicos, o regime de metas para a inflação não se qualifica como uma regra de política, pois não prove ao Banco Central apenas um simples mecanismo operacional e sim um conjunto de modelos estruturais e não-estruturais, em simbiose com as informações relevantes, para determinar a condução da política ideal para se alcançar a meta de inflação. Este não ignora a necessidade do Banco Central em incorporar novas informações importantes que ajudam o seu objetivo. Em termos práticos, é comum observar políticas econômicas, em regime de metas de inflação, voltadas ao combate ao desemprego ou amenizando momentos de incertezas.²

Haldane (1997) destaca uma ampla diferença do regime de regras de agregados monetários e metas para a inflação. Em termos teóricos o regime de metas para agregados é um caso limitado de metas inflacionárias, em que o peso considerado para as variáveis monetárias é único e a fixação para as variáveis não-monetárias é nula. Ou seja, a diferença do regime de metas para a inflação é que este considera um conjunto de variáveis, reais ou nominais, e informações que possam influenciar a formação da taxa de inflação. Com isso, torna-se essencial a transparência e clareza na condução da política monetária. Mendonça (2001b) destaca que o regime de metas inflacionárias possibilita o uso de políticas discricionárias sem levar à perda de credibilidade, devido à transparência da política monetária. Nesse sentido, este regime deve ser entendido como um caso de discricção limitada e não como um caso de regra rígido.

Como ressalta Mishkin (2000, p.1), o regime de metas de inflação apresenta cinco elementos básicos:

- 1) *the public announcement of medium-term numerical targets for inflation;*
- 2) *an institutional commitment to price stability as primary goal of monetary policy, to which other goals are subordinated;*
- 3) *an information inclusive strategy in which many variables, and not just monetary aggregates or the exchange rate, are used for deciding the setting of policy instruments;*
- 4) *increased transparency of the monetary policy strategy through communication with the public and the markets about the plans, objectives, and decisions of the monetary authorities;*
- and 5) *increased accountability of the central bank for attaining its inflation objectives.*

O regime de metas de inflação não busca apenas acabar com a inflação ou controlá-la no período observado, mas destacar o comprometimento em manter níveis baixos e estáveis de inflação no longo prazo. Com isso, o anúncio das metas estipuladas no médio prazo e a responsabilidade do Banco Central em alcançá-las é fundamental para o regime monetário. É importante, com

* Doutor em Economia pela Unicamp. Professor e coordenador do curso de mestrado e doutorado da UFPR.

** Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da FAE Business School.

isso, manter ancoradas as expectativas dos agentes econômicos no processo de formação de inflação esperada. Pode-se afirmar: “...the idea of inflation target is obviously a manifestation of the principle of long-run monetary neutrality” (DEBELLE; STEVENS, 1995, p.81, citado por MENDONÇA, 2001a, p.131). DeBelle (1997, p.6) completa: “...the inflation targeting framework recognizes the theoretical consideration that monetary policy can affect only nominal variables in the long term”.

Esse regime de política monetária remove o incentivo do Banco Central em perseguir primordialmente uma taxa de desemprego abaixo da taxa natural, ou seja, o viés inflacionário.³ Os instrumentos de política monetária visam, nesse sentido, a uma maior transparência e responsabilidade, muitas vezes acompanhada de independência instrumental do Banco Central. Teoricamente a primazia da estabilidade de preços não implica desprezar outras variáveis, como taxa de câmbio, produto ou emprego, mas reconhece que as tentativas de realizar ajustes de curto prazo através da política monetária podem ser inócuas no longo prazo.

Este artigo tem como objetivo central discutir a condução da política monetária brasileira no regime de metas de inflação no período de 1999 a 2002, através da proposta de Taylor (1993). Esta leva em consideração a determinação das taxas de juros básicas de uma economia sobre regime de metas inflacionárias em relação à inflação e ao hiato do produto. Pretende-se responder às perguntas simples, com base na experiência recente da economia brasileira, tais como: A condução da política monetária pode ser analisada por uma regra de Taylor (1993) de política monetária? A inflação explica melhor a condução da política monetária do que o hiato do produto?

O presente trabalho está dividido, incluindo a introdução, em seis seções. A segunda parte discorre sobre a experiência brasileira recente no regime de metas inflacionárias. O desenvolvimento teórico da regra de Taylor original é apresentado na terceira parte. O desempenho do produto real e a regra de Taylor modificada (RTM) são discutidos na quarta seção. Na quinta parte, são estimados os parâmetros da determinação da taxa de juros Selic com relação à inflação e ao hiato do produto. E, por fim, faz-se uma breve conclusão.

2 A POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA: 1999-2002

No Brasil, o regime de metas de inflação foi implantado oficialmente no dia 22 de junho de 1999, através do Decreto n.º 3.088, de 21 de junho de 1999, após o fim do regime de taxa de câmbio fixo (minibandas cambiais) em janeiro de 1999, com a proposta de manutenção da estabilidade monetária obtida pelo Plano Real (julho de 1994).

No caso brasileiro há uma separação clara da instituição, a qual mede a variável de inflação a ser seguida (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) e a entidade responsável pelo seu cumprimento

(Banco Central do Brasil - BCB). No dia 30 de junho de 1999, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu as metas de inflação para 1999, 2000 e 2001, respectivamente 8,0%, 6,0% e 4%, com intervalos de tolerância de dois pontos percentuais acima e abaixo das metas centrais, bem como o índice utilizado para calcular a variação de preços. No caso brasileiro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo órgão oficial do Brasil – o IBGE, é utilizado como o índice de preços oficial. As metas são anunciadas para dois anos e meio adiante. Em junho de 2000, a meta de 2002 foi estipulada em 3,5% no ano, com intervalo de 2 pontos percentuais. Em junho de 2001, o CMN estipulou uma meta de inflação, para o ano de 2003, em 3,25%, com a mesma tolerância de intervalo.⁴

O Brasil adota como meta de inflação um índice cheio com intervalos de tolerâncias de dois pontos percentuais acima e abaixo. Não é admitida cláusula de escape, devido à tolerância de 2 pontos percentuais⁵ e, com isso, o sistema perderia credibilidade. Caso a meta não seja atingida, o presidente do Banco Central deve enviar uma Carta Aberta para o ministro da Fazenda explicando o não cumprimento desta, bem como suas providências e prazo para a retomada das metas estipuladas.

Uma outra característica importante do regime de metas brasileiro consiste na publicação trimestral de um Relatório de Inflação por parte do Banco Central, com moldes do *Inflation Report do Bank of England*, e nas reuniões mensais do Comitê de Política Monetária (Copom), com a publicação das atas. Estas duas publicações têm como objetivo principal melhorar a comunicação da condução da política monetária do Banco Central junto ao público, tornando-a, assim, mais transparente e democrática.

A partir de uma análise da inflação, do produto, dos juros e da taxa de câmbio é possível dividir o regime de metas de inflação em dois períodos distintos. Inicialmente, é importante frisar que a adoção do regime em junho de 1999 foi um sucesso para a ancoragem das expectativas inflacionárias e, sobretudo, para a manutenção da estabilidade de preços. A inflação, medida pelo IPCA e acumulada neste ano, foi de 8,94%, alcançando, com isso, a meta estipulada pelo CMN. A taxa de câmbio nominal ficou em torno de R\$ 1,90 por dólar, sem pressionar fortemente a inflação. A taxa de juros Selic, que no início do ano estava em torno de 37,34% ao ano, fechou, em dezembro de 1999, em 19% anuais. Ademais, os índices de movimentação econômica e produção física apontavam para uma retomada do crescimento econômico. Em 2000, os juros permaneceram em queda, chegando, em dezembro, em 15,76% ao ano, um dos menores patamares já registrados. O país apresentou um crescimento econômico na ordem de 4,36% (IBGE), e da renda *per capita* de 2,99% (IPEA). A taxa de inflação, medida pelo IPCA, foi de 5,97%, alcançando o centro da meta (6%). E, apesar do déficit em transações correntes de aproximadamente US\$ 24 bilhões, a taxa de câmbio nominal permaneceu relativamente estável, em torno de R\$ 1,85 por dólar americano.

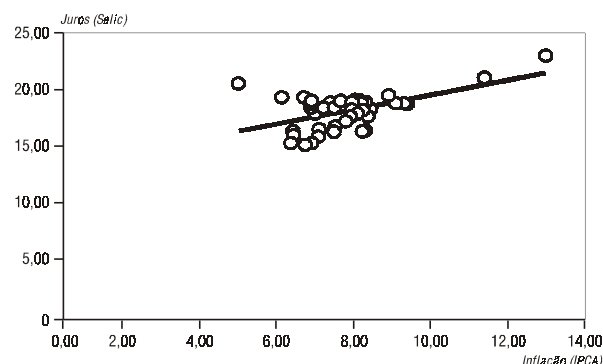
O segundo período foi marcado pelo não cumprimento da meta de inflação, pois em 2001 e 2002 o IPCA anualizado foi de 7,67% e 12,53%, respectivamente⁶. A taxa de juros Selic voltou para o patamar de 19% ao ano em 2001 e chegou, no final de 2002, em 24,9% ao ano. A crise energética e a insolvência da economia argentina, em 2001, prejudicaram o crescimento econômico, o qual foi de apenas 1,31%, com estagnação da renda *per capita* nacional. As incertezas⁷ quanto ao futuro da economia pressionaram a taxa de câmbio para valores aproximados de R\$ 2,30 por dólar. As incertezas externas permaneceram no ano de 2002. O risco-país, medido pelo Embi+, continuou crescendo, passando de dois mil pontos básicos. Como consequência, a desvalorização cambial tornou-se preocupante, pois em outubro a taxa nominal de câmbio ficou em torno de R\$ 3,80 por dólar americano. As incertezas políticas, o aumento do barril do petróleo⁸ e a piora das condições de financiamento para as economias emergentes justificaram, em grande medida, a excessiva desvalorização cambial.⁹

A deterioração das expectativas inflacionárias, devido à depreciação cambial, no segundo semestre de 2002, levou o Banco Central do Brasil à convocação, em 14.10.2002, de uma Reunião Extraordinária (76.^a ata) e, com isso, à mudança do rumo da política monetária. Nesta reunião, o BCB concluiu que, mantendo os juros Selic em 18% ao ano, a taxa de juros reais iria reduzir, estimulando o repasse da depreciação cambial sobre os reajustes dos preços. De acordo com o BCB, a situação da economia brasileira estava se agravando.

O aumento da projeção de inflação para cima da meta ajustada para 2003 recomendou uma política monetária mais restritiva, mesmo que a causa primária da inflação não estivesse relacionada com um aumento da demanda, mas sim com o efeito sobre os preços domésticos de uma depreciação cambial significativa. Uma política monetária mais restritiva diminuiria o repasse da desvalorização cambial para os preços e melhoraria as expectativas inflacionárias, criando-se, dessa forma, as condições para a retomada do crescimento sustentado, ou seja, não inflacionário. Neste cenário, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic de 18% a.a. para 21% ao ano. Essa elevação dos juros teve um objetivo definido e claro da condução da política monetária, o qual foi de ajustar a trajetória inflacionária para dentro de sua meta, não visando determinar um nível específico para a taxa de câmbio.¹⁰

O gráfico 1 mostra a condução da política monetária, através da determinação da taxa de juros Selic, ao longo do período de metas de inflação, em resposta ao aumento dos processos inflacionários. Como destacado anteriormente, a taxa de juros foi reduzida em períodos de baixa inflação, como observado em meados de 2000 e final de 1999, e elevada em períodos de crescimento inflacionário, conforme se verificou no final de 2001 e 2002. A correlação entre essas duas variáveis para o período de julho de 1999 a dezembro de 2002 foi de 0,53, mostrando, com isso, uma relação relativamente significativa entre a taxa de juros Selic e a taxa de inflação medida pelo IPCA, anualizadas.

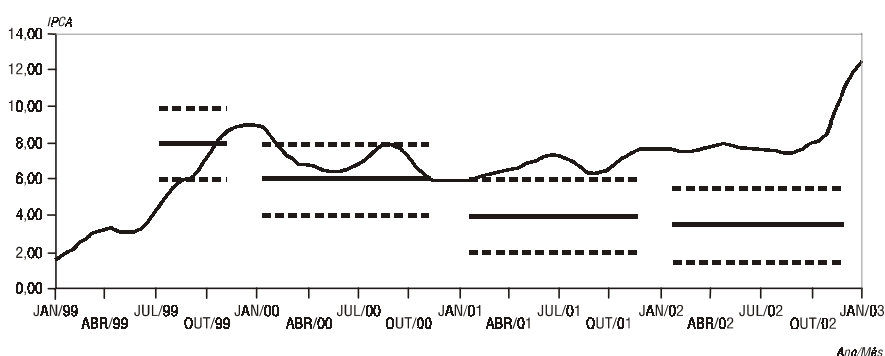
GRÁFICO 1 - DIAGRAMA DE DISPENSAÇÃO: JUROS (SELIC) X INFLAÇÃO (IPCA), JUL 1999-DEZ 2002



FONTES: Banco Central do Brasil, IBGE

O gráfico 2 mostra a evolução da taxa de inflação acumulada em doze meses do IPCA para o período de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. São destacados, também, a meta de inflação e o intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima e para baixo. Os anos de 1999 e 2000 foram marcados pelo sucesso no cumprimento da meta estabelecida. Entretanto, como se ressaltou, os anos de 2001 e 2002 foram marcados pelo descumprimento da inflação desejada. É importante sublinhar que no último ano a inflação foi expressivamente superior à meta estabelecida, prejudicando, com isso, as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos. Essa deterioração das expectativas mina a âncora nominal da política monetária sobre este regime, gerando inconsistência dinâmica na condução da política monetária.¹¹

GRÁFICO 2 - META DE INFLAÇÃO, LIMITE SUPERIOR E INFERIOR E IPCA ACUMULADO EM 12 MESES



FONTES: IBGE, Conselho Monetário Nacional

3 A REGRA DE TAYLOR

3.1 DA TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA (TQM) PARA A REGRA DA POLÍTICA MONETÁRIA DE TAYLOR

A Teoria Quantitativa da Moeda (1) estabelece que os preços variam diretamente com a quantidade de moeda em circulação, considerando que a velocidade de circulação da moeda e o volume de transação não se alteram. Neste caso, a variação do estoque monetário não teria impacto permanente sobre o nível real de produto, mas apenas sobre o nível de preços dos bens e serviços.

A versão mais popular da teoria quantitativa é derivada da equação de trocas de Fisher e pode ser expressa pela seguinte identidade:

$$MV = PY \quad (1)$$

onde:

M = estoque nominal de moeda;

V = velocidade de circulação da moeda;

P = nível de preços (deflator do PIB);

Y = PIB real.

A moeda é considerada como um estoque de meios de pagamento. A *velocidade de circulação da moeda* representa a taxa de utilização da mesma, determinando, assim, quantas vezes a moeda muda de mãos durante determinado período de tempo. Os preços, de acordo com a TQM, devem variar proporcionalmente com a quantidade de moeda (**M**) e com a velocidade de circulação (**V**), e inversamente com a quantidade de bens produzidos (**Y**).

Considerando constantes a velocidade de circulação e o volume de bens e serviços transacionados, o nível de preços será determinado proporcionalmente pela quantidade de moeda em circulação.

Com base na TQM original, Milton Friedman sugeriu, na década de 60, que a condução da política monetária fosse orientada por um crescimento constante da oferta de moeda. De acordo com a identidade (1) e aplicando o logaritmo e suas propriedades para as variáveis e derivando em relação ao tempo, tem-se que:

$$p = m + v - y \quad (2)$$

onde:

p = taxa de inflação;

m = taxa de crescimento da moeda;

v = taxa de crescimento da velocidade de circulação da moeda;

y = taxa de crescimento do PIB real.

Com a estabilidade da demanda por moeda, ou seja, da sua velocidade de circulação, e com a estimativa do crescimento do produto, o nível de preços fica dependendo, em grande medida, do crescimento do estoque monetário. A regra para agregados monetários

foi uma alternativa de manutenção de estabilidade de preços proposta por Friedman (1968). A estabilidade da velocidade de circulação da moeda mostra uma forte correlação com a taxa de juros nominais de curto prazo, pois uma elevação na taxa de juros faz com que os agentes econômicos demandem menos ativos líquidos, aumentando, com isso, a velocidade de circulação da moeda. Ou seja, variações nos juros nominais e na velocidade de circulação seguem no mesmo sentido.

A instabilidade da demanda por moeda, observada nos anos 80 e início dos anos 90,¹² levou os economistas a buscar uma nova regra para a condução da política monetária, que não fosse determinada nos agregados monetários. Taylor (1993) propôs uma nova regra na condução da política monetária com base na Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), focando na determinação da taxa de juros nominais em regime de meta de inflação em vez de focalizar os agregados monetários. De acordo com o próprio Taylor (1998, p. 322): *"The policy rule is, of course, quite different from the quantity equation of money, but it is closely connected to the quantity equation. In fact it can be easily derived from the quantity equation"*.

3.2 DERIVANDO UMA REGRA DE POLÍTICA MONETÁRIA COM BASE NA EQUAÇÃO QUANTITATIVA

Supondo inicialmente um crescimento constante da oferta de moeda, e sabendo que a velocidade de circulação da moeda (**V**) depende diretamente da taxa de juros nominais (**i**), é possível, com isso, substituir **V** por **i**. Neste caso, isolando a taxa de juros no lado esquerdo da equação (2), observa-se uma relação com duas variáveis: taxa de juros em função do nível de preços (**p**) e do produto real (**y**).

A forma funcional desenvolvida por Taylor é linear na taxa de juros com base nos logaritmos de preços e do produto real. As duas variáveis são consideradas estacionárias, considerando o desvio do produto real da tendência estocástica, bem como a primeira diferença do log do nível de preços – ou da taxa de inflação. Esses pressupostos resultaram na seguinte equação (TAYLOR, 1998, p.323):

$$i = \pi + g y + h (\pi - \pi^*) + r^* \quad (3)$$

onde:

i = taxa de juros de curto prazo;

π = taxa de inflação (em porcentagem da mudança em **P**);

y = porcentagem do desvio do produto real (**Y**) da tendência estocástica;

π^* = meta da taxa de inflação;

r^* = taxa de juros reais de equilíbrio.

É importante destacar que o coeficiente da inclinação da inflação da equação (3) é **1 + h**; assim, os dois coeficientes de resposta são **g** e **1 + h**. Uma interpretação dos parâmetros será feita em seguida.

3.3 INTERPRETANDO A REGRA PARA A POLÍTICA MONETÁRIA EM REGIME DE METAS EXPLÍCITAS

Os valores dos parâmetros g e $1 + h$ dependem do regime de política monetária adotado pelo Banco Central, mas a probabilidade de seu valor esperado ser positivo é alta. Em um regime de metas para a inflação, a equação (3) é extremamente útil como um guia normativo para a condução da política monetária e, conseqüentemente, para a decisão de aumentar ou diminuir a taxa de juros de curto prazo. Taylor (1998) sugere que a determinação da taxa de juros pelo Fed siga a sua regra de política monetária com os seguintes parâmetros: $g = 0,5$; $h = 0,5$; conciliando uma meta de inflação $\pi^* = 2$; e uma taxa de juros reais de equilíbrio de $r^* = 2$.

Os valores dos coeficientes g e $1 + h$ são importantes para determinar como a política monetária é orientada, em relação às variáveis-chaves: taxa de inflação e hiato do produto. Simulações de diferentes modelos econômicos indicam, por exemplo, que o coeficiente h não deve ser negativo, caso contrário $1 + h$ será menor do que um e a taxa real de juros irá cair (aumentar) quando a inflação aumentar (cair). Como resultado a inflação poderia ser significativamente volátil. Como demonstrado ao longo do trabalho, há fortes evidências de que o parâmetro h seja maior do que zero, no período compreendido do primeiro trimestre de 1999 ao último trimestre de 2002, para a economia brasileira.

4 A REGRA DE POLÍTICA MONETÁRIA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA EM REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO

Em um regime de metas de inflação é fundamental a utilização de uma regra para a determinação da taxa de juros de curto prazo. O modelo de metas de inflação é compatível com a regra de Taylor expressa na equação (3), pois considera a inflação observada, seu desvio em relação à meta, o hiato do produto e a taxa de juros reais de equilíbrio.

Mendonça (2001b) sugere uma aplicação da regra de Taylor modificada (RTM) para a condução da política monetária no Brasil pós-implantação do Plano Real (2.º trimestre de 1996 a 1.º trimestre de 2000). A RTM tem como referência a regra de Taylor original,¹³ para economias fechadas e elementos representativos da conjuntura internacional. Uma versão modificada da regra de Taylor, apropriada para a economia brasileira, que remunere o capital acima da taxa de juros norte-americana. A principal diferença seria, portanto, determinar uma taxa de juros real de equilíbrio acima da norte-americana. Seus argumentos a favor da RTM, destacados na conclusão de seu artigo, sugerem (MENDONÇA, 2001b, p.79):

Observa-se que a regra de Taylor modificada para o caso brasileiro indica que, se a estrutura fosse adotada, implicaria menor custo social, uma vez que a economia (dentro do período analisado) apresentaria menores taxas de juros. Ademais, as vantagens da regra proposta podem ser sumariadas em três

pontos básicos: i) a regra é compatível com o regime de metas para a inflação em vigor no País desde junho de 1999; ii) como a regra incorpora a taxa básica de juros americana e é garantida uma remuneração real da RTM acima da *federal funds rates*, haveria um estímulo à entrada de capitais; iii) o anúncio da regra ajudaria os agentes na formação de expectativas; e iv) contribui para uma maior estabilidade da razão dívida/PIB.

A tabela 1 reproduz o estudo feito por Mendonça, para o período trimestral de 1999 a 2002, com o intuito de orientar a análise dos parâmetros estimados. O gráfico 3 destaca a trajetória da taxa de juros Selic trimestral, com uma média geométrica de 19,61% a.a. e a taxa de juros derivada pela RTM, para o mesmo período, com uma média geométrica de 16,16% ao ano. Para o ano de 1999 é clara a diferença entre a taxa de juros Selic e a RTM. Esse fato pode ser justificado pela elevada expectativa de desvalorização cambial, após a maxidesvalorização do real frente ao dólar, a qual gerou incertezas quanto ao futuro da taxa de inflação e justificativas para a elevação da taxa de juros Selic. Entretanto, para o período do segundo trimestre de 2000 ao segundo trimestre de 2002, a RTM, com os parâmetros $g = 0,5$ e $(1 + h) = 1,5$, mostram uma forte relação com a condução da política monetária representada pela taxa de juros Selic. Pela trajetória da taxa de juros Selic no período analisado em relação à RTM, pode-se esperar que os parâmetros g e $1 + h$ possam ser maiores que o proposto pela RTM. Pela análise da condução da política monetária, realizada no item 2, espera-se que o parâmetro h seja mais elevado do que o g .

A deterioração das expectativas inflacionárias no segundo trimestre de 2002 e o aumento da taxa de inflação em relação à meta não foram combatidos, pelo Copom, de forma severa. Este fato pode ser explicado pela interpretação dos formuladores de política monetária de que a depreciação cambial fosse temporária e não surtisse efeitos significativos sobre a inflação.

O produto potencial foi estimado a partir do filtro de Hodrick-Prescott (HP), com base no produto real de 1990-1992 a 2002-2004 (IBGE). É importante observar que a flutuação do produto em relação a sua tendência é relativamente maior no início dos anos de 1990. Após o ano de 1999, e a adoção do regime de metas de inflação, o hiato do produto tendeu a flutuar menos (gráfico 4).

Com relação ao período analisado, a expansão econômica foi observada no ano de 2000, e no segundo e terceiro trimestres de 2001 e 2002. Já a recessão econômica pode ser destacada no ano de 1999, início de 2001 e final de 2001 e início de 2002.

Uma característica cíclica observada na economia brasileira é uma certa sincronia do hiato do produto, pois se em um semestre ele é positivo, no semestre seguinte ele apresenta valor negativo, alternando, com isso, entre crescimento e recessão a cada seis meses. É claro que essa análise não é uma regra, mas uma característica importante observada na economia, a qual pode influenciar ou ser influenciada pela condução da política monetária.¹⁴

TABELA 1 - REGRA DE TAYLOR MODIFICADA (RTM) PARA A ECONOMIA BRASILEIRA - 1999-2002

PERÍODO	INFLAÇÃO MÉDIA % a.a. ⁽¹⁾	META PARA A INFLAÇÃO % a.a.	PIB REAL ⁽²⁾	PIB ⁽³⁾ POTENCIAL	HIATO DO PRODUTO ⁽⁴⁾	RISCO- PAÍS ⁽⁵⁾	TAXA DE JUROS REAIS DE EQUILÍBRIO ⁽⁶⁾	TAXA DE JUROS REAIS ⁽⁷⁾	OVER/SELIC % a.a.	RTM % a.a.
T1/1999	3,47	8,00	117,76	124,39	-5,33	14,06	2,00	16,06	31,19	14,60
T2	3,22	8,00	124,67	125,00	-0,27	11,26	2,00	13,26	36,12	11,96
T3	3,24	8,00	127,09	125,62	1,17	11,00	2,00	13,00	20,74	12,44
T4	3,65	8,00	124,33	126,23	-1,51	10,59	2,00	12,59	18,91	11,30
T1/2000	5,51	6,00	123,31	126,86	-2,80	7,82	2,00	9,82	18,94	11,68
T2	6,54	6,00	129,50	127,48	1,58	7,39	2,00	9,39	18,62	14,99
T3	7,27	6,00	131,94	128,10	2,99	7,81	2,00	9,81	16,85	17,21
T4	7,06	6,00	128,89	128,73	0,13	7,08	2,00	9,08	16,60	14,74
T1/2001	6,41	4,00	127,58	129,35	-1,37	7,52	2,00	9,52	15,49	14,45
T2	6,37	4,00	132,09	129,97	1,63	7,97	2,00	9,97	16,02	16,35
T3	6,37	4,00	132,75	130,59	1,66	9,09	2,00	11,09	18,57	17,47
T4	6,49	4,00	128,27	131,21	-2,24	11,26	2,00	13,26	19,06	17,88
T1/2002	6,89	3,50	127,43	131,83	-3,34	9,29	2,00	11,29	19,05	16,21
T2	7,21	3,50	133,69	132,46	0,93	7,98	2,00	9,98	18,37	17,52
T3	7,33	3,50	136,28	133,09	2,40	23,02	2,00	25,02	18,17	33,46
T4	7,62	3,50	132,86	133,71	-0,64	18,93	2,00	20,93	19,59	28,29

FONTES: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB), Taylor (1998a) e JP Morgan

(1) Média geométrica dos últimos doze meses da inflação medida pelo IPCA.

(2) PIB trimestral base fixa (1990=100).

(3) PIB potencial estimado pelo filtro de Hodrick-Prescott (1990:T2-2002:T4).

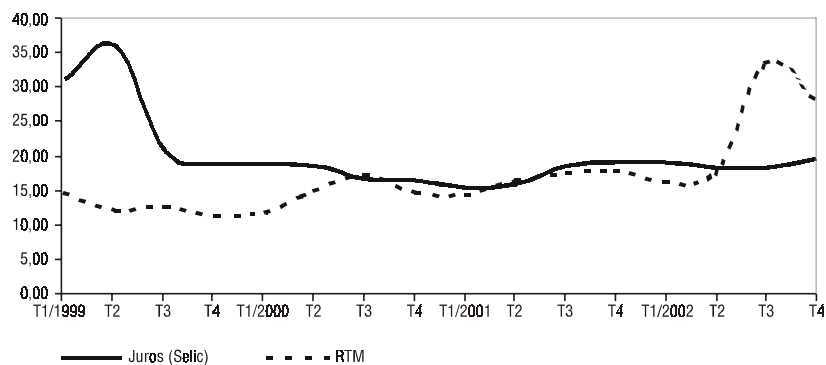
(4) Hiato do produto determinado pela fórmula $(100 \cdot (\text{PIB real} - \text{PIB potencial}) / \text{PIB potencial})$.

(5) O risco-país foi obtido pela média geométrica dos meses considerados nos respectivos trimestres do EMBI+.

(6) A taxa de juros reais de equilíbrio norte-americana foi obtida pelo trabalho de Taylor (1998a).

(7) A taxa de juros reais de equilíbrio, para a economia brasileira, foi determinada pela equação apresentada neste trabalho.

GRÁFICO 3 - TAXA DE JUROS SELIC X REGRA DE TAYLOR MODIFICADA (RTM)



FORTE: Tabela 1

5 MUDANÇAS NA TAXA DE JUROS

Uma questão importante a ser destacada na condução da política monetária sobre o regime de metas de inflação é referente à resposta da taxa de juros Selic de curto prazo em relação à inflação e ao produto, com base na regra de política monetária sobre regime de metas – equação (3). A tabela 1 apresenta as estimativas dos coeficientes do produto real (o parâmetro g da equação [3]) e da taxa de inflação (o parâmetro h da equação [3]) através do método dos mínimos quadrados, para o período trimestral de 1999-2001 e 2002-2004.

A estimativa que mais se enquadra na regra de política monetária expressa na equação 3 é aquela com defasagem de dois trimestres do hiato do produto, y_{t-2} . Esse resultado reflete o ciclo de crescimento e recessão da economia brasileira, a qual apresenta variações no hiato do produto a cada semestre, aproximadamente. Neste caso, o parâmetro $g = 0,798$ é superior ao proposto por Taylor (0,5). Ou seja, após dois trimestres consecutivos recessivos, por exemplo, o hiato negativo tem influência para a redução da taxa de juros Selic. O parâmetro que mede a resposta da taxa de juros devido à variação na inflação é dado por $(1 + h) = 1,830$, maior que o proposto por Taylor (1,5).

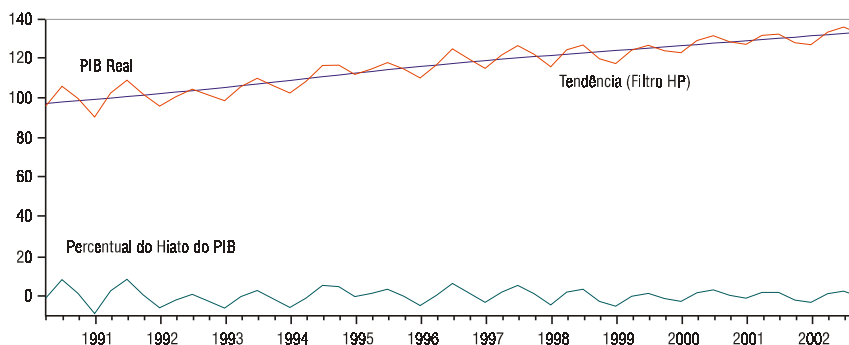
A regressão com defasagem de um trimestre para o hiato do produto (y_{t-1}) apresentou os seguintes parâmetros: $g = 0,367$ e $(1 + h) = 2,189$. A importância da

evolução do IPCA para a condução da política monetária é significativamente maior que a evolução do produto e do emprego. No período analisado, a variável-chave para a determinação dos juros foi a taxa de inflação acumulada em 12 meses.

Uma afirmativa importante a ser colocada é que a condução da política monetária não responde diretamente à evolução do produto observado no período. Ou seja, a taxa de juros não apresenta um comportamento pró-cíclico com o hiato do produto, como observado na economia norte-americana.¹⁵ Na regressão sem defasagem de y , o parâmetro $g = -0,361$ demonstra que a taxa de juros reagiu positivamente em períodos de recessão ($y < 0$), registrando claramente que o compromisso primordial da política monetária é, por exemplo, estabilizar o processo inflacionário e não a recessão do produto. Entretanto, como destacado na seção 2, a determinação dos juros foi fortemente influenciada pelo desempenho da inflação. O parâmetro $(1 + h) = 2,132$ mostra essa forte relação, corroborando com a análise feita na seção passada.

Em termos gerais, as três regressões ressaltam que se a inflação observada for igual à meta e o hiato do produto for igual a zero, a taxa de juros é reduzida (as constantes são negativas). Outro ponto importante observado nas regressões foi o valor positivo para o parâmetro h . Isso mostra que mesmo com aumento da inflação a taxa de juros reais não cai, pois os juros nominais compensam a perda da remuneração real do capital.

GRÁFICO 4 - PIB REAL, PIB POTENCIAL E PORCENTAGEM DO HIATO DO PRODUTO - 1990-2002



FONTE: Tabela 1

6 CONCLUSÕES

Com a adoção do regime de metas de inflação no novo regime de câmbio flexível, a determinação da taxa de juros básica e, conseqüentemente, as condições de liquidez do sistema econômico passaram a ser subordinadas à evolução da inflação. Esse argumento é mais forte quando se analisa o produto sem defasagem. O regime de metas de inflação estabiliza pressões inflacionárias com elevações na taxa de juros reais. Este fato é argumentado pelo valor do parâmetro $(1 + h) > 1$ em todas as regressões, pois o aumento da inflação, medido pelo IPCA, irá causar uma elevação na taxa de juros nominais mais que proporcional, estabilizando, assim, o processo inflacionário com elevação dos juros reais.

Contudo, esse valor é significativamente maior do que 1, gerando um custo para o desempenho do produto real muitas vezes desnecessário. Por exemplo, uma elevação da inflação acima da meta em um ponto percentual causa um aumento da taxa de juros reais, via elevação da taxa de juros nominais mais que proporcional, de acordo com os parâmetros estimados. Se $(1 + h) = 1$, então os juros reais seriam mantidos em seu patamar e poderiam constituir um problema, pois o processo inflacionário não seria combatido de forma eficiente. Mas como no caso brasileiro esse parâmetro é maior ou próximo de dois, os juros reais (via elevação dos juros nominais) respondem de maneira significativa, aumentando a razão dívida PIB da economia brasileira.

Em casos de metas estreitas para a inflação, a condução da política monetária sob uma regra de política monetária poderá causar amplas flutuações em períodos de tempo curto, desestabilizando, desse modo, o produto, e prejudicando o nível de emprego, além de gerar desequilíbrios macroeconômicos.

A resposta da política monetária em relação à inflação foi relativamente superior ao produto. Esse fato é comprovado pela análise da condução da política monetária, pela lógica do modelo de metas de inflação e pelos resultados econométricos. No caso brasileiro, o processo inflacionário é combatido pela elevação da

taxa de juros reais através do instrumento dos juros nominais. A coordenação da política monetária não é observada para o produto sem defasagem e, conseqüentemente, não se aplica a regra de Taylor original. Esta só é destacada, como comentado, se for considerada a defasagem do hiato do produto em um trimestre e, em maior escala, de um semestre.

Calibrar a condução da política monetária no Brasil com o objetivo de alcançar a meta e, ao mesmo tempo, estabilizar o produto, é um desafio para o novo regime de metas de inflação, adotado oficialmente em junho de 1999.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da reunião do COPOM**. Brasília, 1999-2002.

BERNANKE, B; MISHKIN, F. Inflation targeting: a new framework for monetary policy? **Journal of Economic Perspectives**, v. 11, n. 2, Spring, 1997.

BOGDANSKI, J.; TOMBINI, A. A.; WERLANG, S. R. **Implementing inflation targeting in Brazil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2000. (Working Paper Series, 1).

DEBELLE, G. **Inflation targeting and output stabilization**. Sidney: Reserve Bank of Australia, 1999. (Research Discussion Papers, 1999/08). Preparado para o SEMINAR ON INFLATION TARGETING IN BRASIL, 1999, Rio de Janeiro.

DEBELLE, G. **Inflation targeting in practice**. International Monetary Fund, 1997. (Working Paper of the International Monetary Fund, 97/35).

DEBELLE, G; STEVENS, G. Monetary policy goals for inflation of Australia. In: HALDANE, A. G. (Ed.). **Targeting inflation**. London: Bank of England, 1995.

DELFIN NETTO, A. Sobre as metas inflacionárias. **Economia Aplicada**, São Paulo: FIPE: USP/FEA, v. 3, n. 3, p. 357-382, jul./set. 1999.

FACHADA, P. **Inflation targeting in Brazil**: reviewing two years of monetary policy 1999/00. Brasília: Banco Central do Brasil, 2001. (Working Paper Series, 25).

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **The American Economic Review**, v. 58, n. 1, Mar. 1968.

HALDANE, A. **Some issues. in inflation targeting**. London: Bank of England, 1997. (Working Paper Series, 74).

KYDLAND, F.; PRESCOTT, E. Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. **Journal of Political Economy**, n. 85, 1977.

LONGWORTH, D.; FREEDMAN, C. The role of the staff economic projection in conduction Canadian monetary policy. In: HALDANE, A. G. (Ed.). **Targeting Inflation**. London: Bank of England, 1995.

MENDONÇA, H. de. Metas de inflação: uma análise preliminar para o caso brasileiro. **Economia Aplicada**, São Paulo: FIPE: USP/FEA, v. 5, n. 1, 2001a.

MENDONÇA, H. de. A teoria da credibilidade da política monetária. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v.22, n. 3, jul./set., 2002.

MENDONÇA, H. de. Mecanismos de transmissão monetária e a determinação da taxa de juros: uma aplicação da regra de Taylor ao caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, n. 16, p. 65-81, jun. 2001b.

MISHKIN, F. **Inflation targeting in emerging market countries**. Cambridge, MA, 2000. (NBER Working Paper, 7618).

MISHKIN, F. **International experiences with different monetary policy regimes**. Cambridge, MA, 1999. (NBER Working Paper, 7044).

RELATÓRIO DE INFLAÇÃO. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 1-4, 1999-2002.

TAYLOR, J. A. **Historical analysis of monetary policy rules**. Cambridge, 1998. (NBER Working Paper, 6768).

TAYLOR, J. Discretion versus policy rules in practice. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, v. 9, n. 39, 1993.

NOTAS

¹De acordo com Haldane (1997, p.11), a idéia de metas para a inflação não é totalmente nova: “*So while inflation targeting may sound new, in fact much of what it comprises should be familiar enough from history or from existing monetary regimes*”. Por isso prefiro a idéia de aperfeiçoamento a surgimento do regime de metas de inflação. Haldane reforça este argumento citando o caso da Suécia, no início da década de 1930, com metas para nível de preços.

²A reforma na Nova Zelândia (1989) do *Reserve Bank of New Zealand* prevê ao Banco Central algumas discrições e flexibilidades, de maneira formal. Por exemplo, a série da meta de inflação exclui movimentos nos preços das *commodities*; a meta pode ser reajustada em decorrência de choques de ofertas e a meta de inflação é especificada por um raio de 3% em vez de um número simples.

³Mendonça (2002) destaca que o conceito do viés inflacionário é derivado do argumento da ineficácia das políticas. Neste caso, os governos teriam estímulos para aumentar o produto/reduzir o desemprego através das políticas monetárias expansionistas.

⁴Bogdanski, Tombini e Werlang (2000) sublinham a importância da adoção de metas decrescentes para controlar as expectativas. Deve-se, portanto, distinguir o processo inflacionário devido a um aumento temporário da inflação de um choque. No início de 1999, com a desvalorização do câmbio, o país sofreu um choque e, conseqüentemente, um realinhamento dos preços relativos.

⁵A banda de tolerância foi alterada no ano de 2003 para 2,5%, limite superior e inferior, para uma meta de 8,0%.

⁶Em ambos os anos foi enviada uma carta aberta assinada pelo presidente do BCB, endereçada ao ministro da Fazenda, explicando o descumprimento, as providências a serem tomadas e o prazo para o restabelecimento da inflação desejada.

⁷O risco-país, medido pelo EMBI+ em setembro de 2001, passou a casa dos mil pontos básicos.

⁸O possível ataque ao Iraque pressionou o preço internacional do barril do petróleo.

⁹A elevação da taxa de câmbio registrada no início do segundo semestre de 2002 não pode ser explicada pelo fundamento macroeconômico do setor externo. Ou seja, o desempenho do balanço de pagamentos, déficit em transações correntes de US\$ 18,2 bilhões, no acumulado de doze meses, em junho, foi integralmente financiado pela entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos, no mesmo período, na ordem de US\$ 22,2 bilhões de dólares. O Brasil fechou o ano de 2002 com um déficit, em transações correntes, de apenas US\$ 7,72 bilhões de dólares, o menor em oito anos consecutivos.

¹⁰A lógica de neutralizar as inércias inflacionárias, provocadas pelo choque de oferta (depreciação cambial), tem como objetivo claro garantir a convergência gradual da inflação à sua meta. Este raciocínio levou o Comitê a manter a taxa Selic em 21,0% ao ano.

¹¹Para uma análise dos regimes de política monetária e âncora nominal, consultar Mishkin (1999).

¹²Para este debate, ver Delfim Netto (1999).

¹³Ver Taylor (1993).

¹⁴Uma análise da condução da política monetária, para o período proposto, com base nas atas do Copom e nos Relatórios de Inflação, não apresenta indícios significativos que mostrem uma preocupação do Banco Central do Brasil em conduzir a política monetária com o objetivo de estabilizar o produto real.

¹⁵Ver, em especial, Taylor (1998).

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 643	2 383	71 543	193 492	2 705	30 527	609 007	19 950
2004 ⁽¹⁾	47 190	92 408	1 958	68 205	189 410	2 777	28 875	575 639	19 936

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 370	117 290	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 785	3 455
2004 ⁽¹⁾	117 096	149 171	1 274	393 460	32 645 034	82 969	54 350	167 550	3 083

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	539 372	707 300	1 311	110 672	2 315 854	20 925	2 846 054	14 390 104	5 056
2004 ⁽¹⁾	504 006	672 606	1 335	160 412	3 276 017	20 423	2 534 063	11 820 012	4 664

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 649 119	11 009 945	3 017	1 192 493	3 091 047	2 592
2004 ⁽¹⁾	539	1 309	2 429	3 983 080	10 331 612	2 594	1 247 362	3 037 392	2 435

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2003

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARCAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Novembro	99 931	21 024	28 849
1998	854 517	236 358	193 435	Dezembro	98 702	20 701	26 926
1999	957 237	198 873	229 466	2003 ⁽¹⁾	2 688 795	439 552	718 671
2000	1 041 412	181 113	235 315	Janeiro	219 998	31 088	62 786
2001	1 121 828	197 985	263 451	Fevereiro	196 930	30 322	56 168
2002	1 235 681	219 350	333 951	Março	199 982	32 311	58 107
Janeiro	108 143	16 217	25 688	Abril	202 306	34 305	59 519
Fevereiro	92 700	15 727	23 247	Maiο	225 245	34 840	60 492
Março	92 731	14 361	24 787	Junho	206 697	30 489	59 825
Abril	104 996	18 495	28 516	Julho	241 459	31 276	64 487
Maiο	101 833	16 465	28 223	Agosto	231 880	35 232	60 725
Junho	100 807	16 944	26 889	Setembro	242 313	41 668	61 855
Julho	116 253	17 934	29 970	Outubro	255 059	49 843	67 933
Agosto	106 345	18 803	30 677	Novembro	230 713	41 531	56 564
Setembro	103 766	19 608	28 916	Dezembro	236 212	46 647	50 209
Outubro	109 473	23 072	31 264				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - MAIO 2004

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Março	286	702
1977	1 356	8 826	Abril	132	901
1978	1 614	9 636	Maiο	126	787
1979	1 635	12 575	Junho	128	635
1980	1 936	13 482	Julho	40	1 180
1981	1 954	14 105	Agosto	142	921
1982	1 179	6 606	Setembro	234	1 066
1983	1 079	3 345	Outubro	292	1 148
1984	1 748	7 921	Novembro	270	860
1985	2 167	9 728	Dezembro	218	499
1986	2 029	10 588	2003	3 112	10 449
1987	2 121	9 479	Janeiro	220	478
1988	1 567	8 847	Fevereiro	238	734
1989	1 386	6 189	Março	247	776
1990	885	4 111	Abril	129	956
1991	584	2 677	Maiο	192	1 040
1992	593	2 893	Junho	196	929
1993	1 038	4 475	Julho	220	1 084
1994	1 707	9 011	Agosto	317	1 126
1995	859	5 095	Setembro	324	1 063
1996	897	4 180	Outubro	395	867
1997	1 296	6 062	Novembro	347	886
1998	1 380	6 025	Dezembro	287	510
1999	1 351	4 854	2004	1 460	3 591
2000	1 692	6 251	Janeiro	198	440
2001	2 046	8 307	Fevereiro	408	694
2002	2 448	9 752	Março	399	896
Janeiro	301	401	Abril	227	766
Fevereiro	279	652	Maiο	228	795

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999 - MAIO 2004

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	397	8 853
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	5 166	3 448	65 291
Janeiro	929	562	12 845
Fevereiro	951	594	12 867
Março	1 134	909	15 386
Abril	933	629	12 623
Maio	1 219	754	11 570

FONTE: Anfavea

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2003

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003 ⁽¹⁾	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2002-2003

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2003		2002		Variação (%)	2003		2002		Variação (%)	2003 (%)	2002 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	7 153 235	100,00	5 700 199	100,00	25,49	73 084 140	100,00	60 361 786	100,00	21,08	9,79	9,44
União Européia	2 148 900	30,04	1 859 928	32,63	15,54	18 102 065	24,77	15 113 391	25,04	19,78	11,87	12,31
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 476 765	20,64	1 030 639	18,08	43,29	11 676 286	15,98	8 791 091	14,56	32,82	12,65	11,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 044 913	14,61	1 038 758	18,22	0,59	16 692 354	22,84	15 534 804	25,74	7,45	6,26	6,69
Oriente Médio	603 960	8,44	386 732	6,78	56,17	2 817 593	3,86	2 341 756	3,88	20,32	21,44	16,51
Mercosul	500 482	7,00	262 404	4,60	90,73	5 671 853	7,76	3 310 817	5,48	71,31	8,82	7,93
Europa Oriental	337 420	4,72	200 826	3,52	68,02	2 270 662	3,11	1 754 912	2,91	29,39	14,86	11,44
África	275 943	3,86	269 214	4,72	2,50	2 860 120	3,91	2 362 317	3,91	21,07	9,65	11,40
Outros ⁽¹⁾	764 851	10,69	651 698	11,43	17,36	12 993 207	17,78	11 152 698	18,48	16,50	5,89	5,84
IMPORTAÇÃO	3 488 221	100,00	3 333 814	100,00	4,63	48 259 592	100,00	47 231 932	100,00	2,18	7,23	7,06
União Européia	1 215 380	34,84	1 312 331	39,36	-7,39	12 686 908	26,29	13 069 515	27,67	-2,93	9,58	10,04
Mercosul	564 034	16,17	582 573	17,47	-3,18	5 685 896	11,78	5 615 048	11,89	1,26	9,92	10,38
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	438 845	12,58	398 462	11,95	10,13	9 564 117	19,82	10 437 889	22,10	-8,37	4,59	3,82
África	369 953	10,61	232 895	6,99	58,85	3 253 525	6,74	2 686 694	5,69	21,10	11,37	8,67
Ásia (excl. Oriente Médio)	317 895	9,11	315 346	9,46	0,81	8 923 346	18,49	7 996 372	16,93	11,59	3,56	3,94
Europa Oriental	230 296	6,60	133 209	4,00	72,88	1 165 013	2,41	918 720	1,95	26,81	19,77	14,50
Oriente Médio	78 997	2,26	102 720	3,08	-23,09	1 619 851	3,36	1 479 413	3,13	9,49	4,88	6,94
Outros	272 823	7,82	256 278	7,69	6,46	5 360 936	11,11	5 028 281	10,65	6,62	5,09	5,10

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		continua
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Soja	901 157 672	27,78	1 025 929 325	37,66	-12,16
Soja mesmo triturada	375 099 782	11,56	534 106 633	19,60	-29,77
Farelo de soja	335 398 241	10,34	290 191 533	10,65	15,58
Óleo de soja em bruto	157 358 640	4,85	155 811 297	5,72	0,99
Óleo de soja refinado	31 249 116	0,96	45 819 862	1,68	-31,80
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	2 051 893	0,06	-	-	-
Material de transporte e componentes	521 661 885	16,08	561 869 715	20,62	-7,16
Automóveis	199 418 100	6,15	303 219 490	11,13	-34,23
Motores para automóveis	186 954 477	5,76	165 432 298	6,07	13,01
Tratores	57 574 382	1,78	31 561 231	1,16	82,42
Autopeças	40 701 167	1,25	31 241 733	1,15	30,28
Veículos de carga	20 929 392	0,65	11 334 911	0,42	84,65
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	8 349 377	0,26	7 856 414	0,29	6,27
Ônibus	4 701 652	0,14	9 046 529	0,33	-48,03
Helicópteros	650 968	0,02	569 503	0,02	14,30
Reboques para transporte de mercadorias	473 435	0,01	408 308	0,01	15,95
Pneumáticos e câmaras de ar	279 560	0,01	256 823	0,01	8,85
Trens e materiais para vias férreas	79 900	-	14 734	-	442,28
Motocicletas	2 200	-	8 833	-	-75,09
Motores e turbinas para aviação	221	-	-	-	-
Demais materiais elétricos e eletrônicos	1 547 054	0,05	918 908	0,03	68,36
Madeiras e manufaturas de madeira	417 819 604	12,88	273 353 251	10,03	52,85
Madeira compensada ou contraplacada	210 068 326	6,48	115 296 111	4,23	82,20
Madeira serrada	66 084 812	2,04	66 048 907	2,42	0,05
Obras de marcenaria ou de carpintaria	35 976 208	1,11	27 354 670	1,00	31,52
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	30 455 147	0,94	11 643 570	0,43	161,56
Madeira laminada	7 590 460	0,23	6 161 173	0,23	23,20
Demais madeiras e manufaturas de madeira	67 644 651	2,09	46 848 820	1,72	44,39
Carne	338 640 212	10,44	247 765 358	9,09	36,68
Carne de frango "in natura"	233 245 427	7,19	170 861 828	6,27	36,51
Carne de bovino "in natura"	37 989 697	1,17	23 473 394	0,86	61,84
Carne de suíno "in natura"	32 767 412	1,01	33 365 010	1,22	-1,79
Carne de peru "in natura"	20 948 709	0,65	10 257 500	0,38	104,23
Carne de frango industrializada	1 718 472	0,05	2 030 040	0,07	-15,35
Carne bovina industrializada	237 753	0,01	87 269	-	172,44
Demais carnes	11 732 742	0,36	7 690 317	0,28	52,57
Cereais	275 843 537	8,50	79 498 761	2,92	246,98
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	161 673 057	4,98	94 943 015	3,48	70,28
Compressores e bombas	53 461 570	1,65	27 436 286	1,01	94,86
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	41 407 987	1,28	16 692 545	0,61	148,06
Refrigeradores e congeladores	23 724 762	0,73	11 568 876	0,42	105,07
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	8 247 399	0,25	5 599 830	0,21	47,28
Rolamentos e engrenagens	6 892 776	0,21	3 618 909	0,13	90,47
Torneiras e válvulas	3 550 609	0,11	9 685 975	0,36	-63,34
Aparelhos de ar condicionado	2 576 164	0,08	1 243 262	0,05	107,21
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	1 354 681	0,04	588 305	0,02	130,27
Aparelhos para filtrar ou depurar	988 194	0,03	664 960	0,02	48,61
Computadores e acessórios	946 935	0,03	461 993	0,02	104,97
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	187 807	0,01	74 523	-	152,01
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	125 001	-	196 163	0,01	-36,28
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	74 764	-	79 087	-	-5,47
Laminadores de metais	3 923	-	7 076	-	-44,56
Máquinas de costura	2 182	-	492	-	343,50
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	18 128 303	0,56	17 024 733	0,62	6,48
Papel e celulose	88 066 466	2,72	64 724 563	2,38	36,06
Papel	88 061 489	2,71	64 721 622	2,38	36,06
Celulose	4 977	-	2 941	-	69,23
Café	73 880 908	2,28	58 125 647	2,13	27,11
Café solúvel	49 665 735	1,53	40 372 816	1,48	23,02
Café cru em grão	24 215 173	0,75	17 752 831	0,65	36,40

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Materiais elétricos e eletrônicos	70 274 461	2,17	15 551 573	0,57	351,88
Aparelhos elétricos para telefonia	45 983 760	1,42	5 457 735	0,20	742,54
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	12 400 104	0,38	2 993 700	0,11	314,21
Geradores e transformadores, elétricos	3 890 491	0,12	1 671 717	0,06	132,72
Aparelhos transmissores e receptores	2 766 144	0,09	1 294 697	0,05	113,65
Demais materiais elétricos e eletrônicos	2 387 568	0,07	1 574 839	0,06	51,61
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	1 829 378	0,06	1 701 060	0,06	7,54
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	1 017 016	0,03	857 825	0,03	18,56
Produtos químicos	63 560 254	1,96	56 349 970	2,07	12,80
Adubos e fertilizantes	17 450 210	0,54	9 859 924	0,36	76,98
Plásticos e suas obras	13 816 724	0,43	10 873 118	0,40	27,07
Produtos químicos orgânicos	8 772 718	0,27	14 463 295	0,53	-39,34
Produtos químicos inorgânicos	4 541 955	0,14	3 338 704	0,12	36,04
Óleos essenciais e resinóides	1 634 034	0,05	2 368 020	0,09	-31,00
Extratos tanantes e tintoriais	664 833	0,02	487 541	0,02	36,36
Produtos farmacêuticos	547 469	0,02	581 838	0,02	-5,91
Demais produtos químicos	16 132 311	0,50	14 377 530	0,53	12,21
Produtos metalúrgicos	53 239 605	1,64	27 229 904	1,00	95,52
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	25 840 067	0,80	13 086 758	0,48	97,45
Produtos laminados planos de ferro ou aço	12 430 847	0,38	223 845	0,01	-
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	3 015 002	0,09	1 075 740	0,04	180,27
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	2 106 702	0,06	4 673 690	0,17	-54,92
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1 130 847	0,03	663 417	0,02	70,46
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	-	-	2 042	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	8 716 140	0,27	7 504 412	0,28	16,15
Derivados de petróleo	51 049 319	1,57	35 677 483	1,31	43,09
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	41 108 620	1,27	30 597 081	1,12	34,35
Óleos e combustíveis	8 116 556	0,25	2 863 935	0,11	183,41
Óleos lubrificantes	610 822	0,02	502 784	0,02	21,49
Gasolina	15	-	-	-	-
Demais derivados de petróleo	1 213 306	0,04	1 713 683	0,06	-29,20
Outros grupos	226 748 009	6,99	183 428 880	6,73	23,62
TOTAL	3 243 614 989	100,00	2 724 447 445	100,00	19,06

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		continua
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Produtos químicos	336 316 672	24,72	222 936 598	17,28	50,86
Adubos e fertilizantes	179 716 771	13,21	97 155 770	7,53	84,98
Produtos químicos orgânicos	75 802 327	5,57	55 136 239	4,27	37,48
Plásticos e suas obras	43 898 792	3,23	40 587 708	3,15	8,16
Produtos químicos inorgânicos	6 967 906	0,51	5 992 601	0,46	16,28
Produtos farmacêuticos	6 669 024	0,49	7 740 074	0,60	-13,84
Extratos tanantes e tintoriais	5 430 446	0,40	4 742 014	0,37	14,52
Óleos essenciais e resinóides	1 980 383	0,15	2 025 279	0,16	-2,22
Produtos para fotografia	737 270	0,05	735 356	0,06	0,26
Demais produtos químicos	15 113 753	1,11	8 821 557	0,68	71,33
Material de transporte e componentes	260 476 777	19,14	315 315 872	24,44	-17,39
Autopeças	154 450 666	11,35	192 532 395	14,92	-19,78
Motores para automóveis	65 655 043	4,83	76 615 548	5,94	-14,31
Automóveis	14 156 531	1,04	19 376 295	1,50	-26,94
Pneumáticos e câmaras de ar	6 377 446	0,47	5 764 834	0,45	10,63
Helicópteros	4 017 821	0,30	5 566 526	0,43	-27,82
Aviões	2 796 680	0,21	-	-	-
Veículos de carga	2 484 978	0,18	4 046 962	0,31	-38,60
Trens e materiais para vias férreas	698 129	0,05	5 374	-	-
Tratores	652 000	0,05	47 917	-	-
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	516 588	0,04	5 392	-	-
Partes e peças de aviões e helicópteros	300 312	0,02	286 776	0,02	4,72
Motores e turbinas para aviação	158 282	0,01	297 976	0,02	-46,88
Ônibus	-	-	158 587	0,01	-100,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	8 212 301	0,60	10 611 290	0,82	-22,61
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	185 158 481	13,61	186 226 371	14,43	-0,57
Compressores e bombas	45 609 788	3,35	45 046 087	3,49	1,25
Rolamentos e engrenagens	25 643 056	1,88	26 317 750	2,04	-2,56
Torneiras e válvulas	11 997 418	0,88	9 933 055	0,77	20,78
Aparelhos de ar condicionado	9 343 723	0,69	10 801 586	0,84	-13,50
Aparelhos para filtrar ou depurar	8 789 251	0,65	10 131 773	0,79	-13,25
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	7 977 818	0,59	6 278 231	0,49	27,07
Computadores e acessórios	6 620 473	0,49	5 106 635	0,40	29,64
Refrigeradores e congeladores	3 798 871	0,28	4 494 987	0,35	-15,49
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, decarga, etc.	3 444 637	0,25	4 931 698	0,38	-30,15
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	2 230 943	0,16	2 177 039	0,17	2,48
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	780 925	0,06	1 387 790	0,11	-43,73
Máquinas de costura	179 215	0,01	262 049	0,02	-31,61
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	136 827	0,01	757 103	0,06	-81,93
Laminadores de metais	39 722	-	1 147 365	0,09	-96,54
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	404	-	6 450	-	-93,74
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	58 565 410	4,30	57 446 773	4,45	1,95
Materiais elétricos e eletrônicos	141 888 217	10,43	108 132 351	8,38	31,22
Aparelhos transmissores e receptores	32 008 305	2,35	24 875 695	1,93	28,67
Aparelhos elétricos para telefonia	18 710 044	1,38	12 684 573	0,98	47,50
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	16 126 909	1,19	23 932 026	1,85	-32,61
Geradores e transformadores, elétricos	12 161 132	0,89	11 643 088	0,90	4,45
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	5 209 244	0,38	4 028 932	0,31	29,30
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 115 704	0,16	2 615 471	0,20	-19,11
Demais materiais elétricos e eletrônicos	55 556 879	4,08	28 352 566	2,20	95,95
Derivados de petróleo	74 596 370	5,48	69 287 193	5,37	7,66
Óleos brutos de petróleo	43 641 679	3,21	55 693 682	4,32	-21,64
Óleos e combustíveis	26 457 379	1,94	884 124	0,07	-
Gasolina	2 763 133	0,20	-	-	-
Óleos lubrificantes	231 761	0,02	177 369	0,01	30,67
Demais derivados de petróleo	1 502 418	0,11	12 532 018	0,97	-88,01

continua

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2003-2004

GRUPO / SUBGRUPO	2004		2003		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Produtos metalúrgicos	47 078 021	3,46	35 730 571	2,77	31,76
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	3 594 975	0,26	5 045 366	0,39	-28,75
Produtos laminados planos de ferro ou aço	3 098 742	0,23	1 950 457	0,15	58,87
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	2 089 803	0,15	2 545 843	0,20	-17,91
Ferro-ligas	280 966	0,02	-	-	-
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	134 674	0,01	190 371	0,01	-29,26
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	100 800	0,01	-	-	-
Ligas de alumínio	-	-	663	-	-100,00
Demais produtos metalúrgicos	37 778 061	2,78	25 997 871	2,01	45,31
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	41 539 954	3,05	44 427 190	3,44	-6,50
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	41 539 954	3,05	44 427 190	3,44	-6,50
Papel e celulose	35 952 134	2,64	27 923 179	2,16	28,75
Papel	20 348 340	1,50	10 994 766	0,85	85,07
Celulose	15 603 794	1,15	16 928 413	1,31	-7,82
Produtos têxteis	33 823 510	2,49	31 406 036	2,43	7,70
Confecções	16 330 999	1,20	8 491 829	0,66	92,31
Fios sintéticos ou artificiais	5 716 074	0,42	6 652 756	0,52	-14,08
Tecidos de algodão	27 255	-	22 606	-	20,57
Sisal em fibras, cordas e cabos	222	-	92	-	141,30
Fios de algodão	-	-	860	-	-100,00
Demais produtos têxteis	11 748 960	0,86	16 237 893	1,26	-27,64
Soja	32 975 267	2,42	76 408 006	5,92	-56,84
Soja mesmo triturada	30 340 667	2,23	71 062 635	5,51	-57,30
Farelo de soja	2 634 600	0,19	4 893 371	0,38	-46,16
Óleo de soja em bruto	-	-	452 000	0,04	-100,00
Cereais	25 223 566	1,85	48 575 472	3,76	-48,07
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	13 240 021	0,97	13 554 827	1,05	-2,32
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	13 240 021	0,97	13 554 827	1,05	-2,32
Outros grupos	132 337 738	9,73	110 502 245	8,56	19,76
TOTAL	1 360 606 728	100,00	1 290 425 911	100,00	5,44

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 9 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2004

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	231.860	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	230 866	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	268 303	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	289 707	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Mai	364 982	269 674	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	286 867	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	338 650	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	289 674	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	320 709	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	324 277	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	371 921	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	265 907	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 ⁽¹⁾	7 153 235	3 487 705	3 665 530	73 084 140	48 282 448	24 801 692
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 369	1 154 842
Fevereiro	405 642	230 867	174 775	5 001 174	3 887 862	1 113 312
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 405	1 536 294
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 700	1 721 790
Mai	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 335	2 517 849
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 822	2 353 749
Julho	562 814	338 643	224 171	6 104 456	4 049 067	2 055 389
Agosto	830 396	288 957	541 439	6 403 412	3 730 552	2 672 859
Setembro	668 309	320 710	347 599	7 280 148	4 615 727	2 664 422
Outubro	662 857	324 282	338 575	7 565 644	5 028 909	2 536 735
Novembro	519 165	371 920	147 245	5 980 003	4 259 465	1 720 538
Dezembro	554 477	265 898	288 580	6 748 148	3 994 235	2 753 913
2004 ⁽¹⁾	3 243 615	1 360 607	1 883 008	33 978 953	22 740 282	11 238 671
Janeiro	507 086	248 520	258 566	5 799 645	4 217 015	1 582 629
Fevereiro	520 516	258 253	262 264	5 721 636	3 741 503	1 980 134
Março	798 144	307 264	490 881	7 926 995	5 326 121	2 600 874
Abril	584 912	257 376	327 535	6 589 499	4 632 942	1 956 557
Mai	832 956	289 194	543 762	7 941 178	4 822 701	3 118 477

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - MAIO 2004

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Fevereiro	0,61
2000	6,23	Março	1,19
2001	5,90	Abril	0,87
2002	12,02	Mai	0,51
Janeiro	0,88	Junho	-0,11
Fevereiro	0,20	Julho	0,06
Março	0,40	Agosto	0,43
Abril	0,78	Setembro	0,43
Mai	0,47	Outubro	0,26
Junho	0,55	Novembro	0,21
Julho	0,52	Dezembro	-0,05
Agosto	0,60	2004	5,31
Setembro	1,12	Janeiro	1,72
Outubro	1,44	Fevereiro	0,48
Novembro	2,95	Março	0,48
Dezembro	1,53	Abril	1,44
2003	6,46	Mai	1,09
Janeiro	1,88		

FONTE: IPARDES

TABELA 11 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2004

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
Janeiro	0,52	0,19	0,36	-0,13	0,36
Fevereiro	0,36	0,18	0,06	0,14	0,58
Março	0,60	0,11	0,09	-0,11	0,55
Abril	0,80	0,70	0,56	0,75	0,33
Maio	0,21	1,11	0,83	1,27	2,53
Junho	0,42	1,74	1,54	2,5	0,57
Julho	1,19	2,05	1,95	2,82	0,29
Agosto	0,65	2,36	2,32	3,32	1,00
Setembro	0,72	2,64	2,40	3,84	0,71
Outubro	1,31	4,21	3,87	6,02	1,13
Novembro	3,02	5,84	5,19	7,45	2,45
Dezembro	2,10	2,70	3,75	3,14	1,70
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Maio	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	2,72	5,42	6,60	6,54	4,91
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Maio	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	...	...	1,38	...	...

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - MAIO 2004

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Maio	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Maio	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004												
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Maio	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - MAIO 2004

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Maio	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Maio	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004												
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Maio	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 13 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2004

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
Janeiro	29 285	125 037	238 069	58 952
Fevereiro	30 644	121 912	251 285	59 661
Março	31 048	117 157	315 491	68 877
Abril	37 331	119 122	286 166	58 986
Maio	33 263	117 015	265 154	72 089
Junho	33 723	107 585	267 350	62 376
Julho	31 489	118 516	290 385	74 586
Agosto	31 562	115 781	297 533	67 730
Setembro	29 388	114 669	301 084	67 525
Outubro	33 943	129 388	331 778	66 908
Novembro	29 870	113 496	265 680	62 544
Dezembro	26 463	133 341	237 880	64 391
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Maio	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	61 421	511 973	1 182 277	246 280
Janeiro	14 941	127 247	251 311	58 860
Fevereiro	12 690	118 814	263 918	57 378
Março	18 185	131 523	345 506	64 512
Abril	15 605	134 388	321 543	65 531

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 14 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2004

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																				
	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	85,76	83,36	103,02	101,57	104,01	100,18	112,10	102,70	97,04	104,88	102,92	102,47	...	97,09	90,40	110,57	106,53
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	96,97	93,10	99,06	97,79	97,10	89,42	96,51	101,34	98,42	101,85	102,60	127,87	...	100,22	100,47	109,47	113,60
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	97,30	93,35	99,12	97,91	97,07	89,36	96,53	101,33	98,38	101,69	102,37	127,61	...	100,38	100,49	109,48	113,72
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	72,80	78,75	80,74	98,03	106,24	91,34	100,77	98,33	88,51	103,43	100,37	180,69	...	86,24	82,37	98,11	94,36
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	97,29	82,75	83,65	87,02	98,31	83,15	96,55	93,17	93,77	103,40	103,95	176,97	...	118,40	92,30	109,96	103,61
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	101,77	93,22	108,26	106,42
Livros, jornais, revistas e papeleria	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	120,51	110,92	97,00	78,83
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	112,64	85,83	116,92	104,35
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,61	115,32	105,91	111,36
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	91,05	88,50	95,41	97,49	100,74	91,31	100,51	99,67	95,06	102,94	104,60	132,69	...	100,67	96,43	108,06	108,54

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 15 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2004

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	jan/03	fev/03			
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	93,2	95,2			
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	76,3	79,5			
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	85,6	95,0			
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	101,6	106,3			
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	100,0	92,7			
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	98,4	88,6			
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	83,5	101,8			
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	95,8	102,6			
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	95,2	93,4			
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	85,7	96,4			
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	104,8	111,0			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	89,3	81,1			
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	105,0	130,1			
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	79,4	80,1			
SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	mar/03	abr/03	maio/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04			
	98,3	104,0	103,4	100,5	115,4	112,1	117,1	122,9	109,1	96,9	-	97,3	101,9	114,3	108,8			
	93,4	102,8	116,3	105,4	118,2	122,5	121,9	121,7	105,2	93,2	-	83,0	84,2	102,6	113,9			
	97,1	72,3	77,2	74,9	86,9	90,4	93,3	114,3	115,5	129,7	-	91,3	99,1	104,2	91,7			
	104,4	105,8	109,5	104,4	111,1	109,6	124,2	134,3	125,1	120,8	-	129,7	111,9	142,6	135,6			
	101,8	98,0	90,2	105,0	103,1	105,0	103,9	103,0	98,1	101,3	-	104,3	95,9	103,2	102,0			
	96,7	100,7	89,6	102,9	110,2	105,3	103,9	109,1	96,8	92,5	-	90,1	89,9	94,9	91,9			
	96,6	92,3	100,1	108,4	138,7	138,2	131,6	135,0	78,9	60,4	-	108,4	93,1	62,0	70,7			
	102,5	86,3	89,1	76,9	92,3	96,8	93,6	110,0	101,9	92,2	-	105,0	98,4	105,5	89,0			
	101,6	96,2	101,4	93,4	102,9	98,7	94,9	99,1	97,7	91,4	-	91,0	90,2	99,7	92,3			
	98,4	96,6	95,6	90,3	102,9	95,3	106,8	109,8	110,8	94,6	-	98,9	92,0	116,1	97,0			
	104,4	106,6	100,7	81,7	112,8	115,8	120,5	144,6	158,6	104,1	-	93,4	117,7	133,1	113,0			
	95,2	102,4	102,7	92,7	128,2	92,0	98,7	109,5	85,2	90,2	-	81,5	81,6	93,9	92,6			
	121,9	116,2	137,2	95,6	127,6	126,9	113,5	128,7	127,0	78,4	-	130,9	139,3	166,8	155,6			
	71,2	80,0	81,6	82,9	86,7	92,5	102,6	114,3	117,0	100,6	-	71,7	76,9	104,0	87,0			

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Nova série, com a atualização da amostra de produtos e informantes e da estrutura de ponderação dos índices.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 16 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2004

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)									
	2001	2002	2003	Jan/03	Fev/03	Mar/03	Abr/03	Mai/03	Jun/03	Jul/03
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	100,35	101,08	101,97	102,43	103,39	103,39	103,13
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	95,84	96,52	97,89	96,84	95,79	97,05	91,46
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	100,41	101,15	102,02	102,50	103,48	103,46	103,26
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	109,63	108,94	113,51	118,04	118,94	120,28	120,41
Fumo	100,00	94,35	86,70	50,43	171,00	180,85	174,18	104,34	53,33	52,46
Têxtil	100,00	100,60	95,15	98,25	96,86	96,88	93,27	94,98	94,74	95,36
Vestuário	100,00	110,60	120,82	117,62	116,98	119,21	119,01	121,14	120,55	127,25
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	88,35	88,38	87,05	83,70	84,68	81,76	80,06
Madeira	100,00	90,52	87,71	91,52	93,16	92,73	90,37	89,69	89,35	84,73
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	110,62	113,98	114,47	108,90	108,02	107,79	113,23
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	87,92	90,95	98,56	120,37	187,11	190,39	189,46
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	89,69	90,55	90,37	88,33	84,34	81,70	86,36
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	98,23	97,83	96,39	97,41	97,69	96,47	93,98
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	110,09	109,05	108,71	108,61	108,42	106,96	113,04
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	73,15	75,37	74,70	79,05	79,52	84,71	79,47
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	94,93	100,54	102,08	102,48	96,96	96,51	95,24
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	119,29	119,83	119,88	124,84	125,85	123,26	118,04
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	103,37	102,59	96,72	91,37	92,37	93,00	89,91
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	92,53	93,86	94,67	95,44	96,02	96,91	97,68
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	71,28	71,31	70,61	70,49	69,26	70,76	68,16

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)									
	Ago/03	Set/03	Out/03	Nov/03	Dez/03	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04
Indústria geral	103,24	104,51	103,35	103,48	101,53	...	101,72	98,28	100,98	102,88
Indústrias extrativas	91,25	90,41	83,57	83,87	83,25	...	84,30	100,79	102,51	102,04
Indústria de transformação	103,38	104,68	103,58	103,71	101,75	...	101,92	98,25	100,96	102,89
Alimentos e bebidas	121,52	124,95	127,66	126,78	121,43	...	120,01	97,19	103,31	106,69
Fumo	52,17	52,17	51,59	50,43	47,53	...	68,69	589,22	639,87	551,25
Têxtil	95,84	95,66	93,33	94,06	92,58	...	92,42	105,23	110,00	107,24
Vestuário	123,93	125,08	121,76	120,19	117,09	...	120,73	97,61	100,50	108,04
Calçados e couro	79,18	83,47	82,48	81,47	75,78	...	76,30	93,69	94,04	96,01
Madeira	85,48	85,78	83,39	82,92	83,40	...	86,56	94,18	96,53	93,75
Papel e gráfica	113,38	113,65	114,94	116,17	115,79	...	116,62	100,33	99,09	98,51
Refino de petróleo e combustíveis	190,36	190,30	161,53	143,19	136,84	...	96,31	88,63	100,30	173,39
Produtos químicos	86,14	89,05	92,58	88,47	79,94	...	80,58	92,17	102,21	101,46
Borracha e plástico	92,28	90,34	82,97	84,94	85,78	...	87,14	103,09	101,04	101,78
Minerais não-metálicos	111,93	113,22	105,07	102,77	101,32	...	104,42	108,74	107,91	114,51
Metalurgia básica	71,90	71,24	76,69	77,09	72,98	...	74,98	106,68	111,61	104,20
Produtos de metal ⁽¹⁾	94,44	94,36	92,09	93,24	94,15	...	96,93	104,73	103,56	101,34
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	120,69	121,09	122,56	139,08	137,58	...	132,56	93,59	96,02	97,26
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	88,54	87,71	87,18	86,98	87,35	...	87,01	105,45	105,42	103,82
Fabricação de meios de transporte	98,38	97,81	98,58	97,07	96,79	...	97,84	98,12	98,60	97,27
Fabricação de outros produtos	70,04	73,78	74,92	75,05	74,84	...	75,62	98,41	98,51	95,17

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 17 – SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2004

ANO	SETORES (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	Total
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
Janeiro	2 438	358	- 257	865	-2 302	-	1 102
Fevereiro	1 572	- 553	1 068	3 227	197	-	5 511
Março	3 623	-1 569	1 580	3 922	1 205	-	8 761
Abril	8 059	361	1 500	1 345	5 047	-	16 312
Maio	5 559	1 446	1 646	2 005	6 342	-	16 998
Junho	1 545	531	2 337	2 431	3 726	-	10 570
Julho	1 829	954	1 617	382	208	-	4 990
Agosto	2 461	316	2 044	2 227	-343	-	6 705
Setembro	3 440	355	4 081	3 078	-719	-	10 235
Outubro	936	664	2 763	2 052	-1 476	-	4 939
Novembro	-1 949	-870	3 858	-247	-3 635	-	-2 843
Dezembro	-5 478	-3 369	-365	-6 988	-8 491	-	-24 691
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	-177	-	4 932
Fevereiro	3 558	-117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	-706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	-874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Maio	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	-566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	-549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	-608	2 380	5 311	-542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	-36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	-1 024	-78	5 742	1 965	-2 393	-	4 212
Dezembro	-9 703	-2 347	-114	-9 293	-9 723	-	-31 180
2004	35 613	2 147	13 247	18 981	12 486	-	82 474
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Maio	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 18 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
DEZ 2002 - FEV 2004

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maio	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30
Agosto	8,40
Setembro	8,40
Outubro	8,50
Novembro	8,00
Dezembro	6,50
2004	
Janeiro	7,10
Fevereiro	7,50

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 19 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2003

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002 ⁽²⁾	83 041	2,07	1 346 028	1,93
2003 ⁽³⁾	-	3,40	1 514 924	-0,22

FONTES: IPARDES, IBGE

(1) Preços correntes.

(2) No caso do Paraná, resultados provisórios.

(3) Estimativa.